

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RICARDO APARECIDO DA PAIXÃO

LIVROS DE OCORRÊNCIAS: INSTRUMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

CAMPO GRANDE-MS

2019

RICARDO APARECIDO DA PAIXÃO

LIVROS DE OCORRÊNCIAS: INSTRUMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito final para obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório.

CAMPO GRANDE-MS

2019

PAIXÃO, Ricardo Aparecido da.

Livros de ocorrências: Instrumento da prática pedagógica / Ricardo Aparecido da Paixão. – Campo Grande, MS, 2019.
74 f.; 30 cm.

Orientador: Professor Doutor Antônio Carlos do Nascimento Osório.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação - Cursos de Mestrado e Doutorado.

1. Escola; 2. Livros de ocorrências; 3. Disciplina.

RICARDO APARECIDO DA PAIXÃO

Livros de Ocorrências: Instrumento da Prática Pedagógica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito final para a obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório - UFMS
Orientador



Profª. Dra. Tatiana Calheiros Lapa Leão – SED/MS
Membro Titular



Prof. Dr. Anailton de Souza Gama - UEMS
Membro Titular

Campo Grande – 29 de março de 2019

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

Dedico esta dissertação:

- ✓ aos meus pais que, com certeza, querem o melhor para mim;
- ✓ aos meus irmãos;
- ✓ aos meus filhos que são a razão dessa luta incessante em busca de mais, por eles;

AGRADECIMENTOS

Agradeço de modo especial ao meu Orientador, Professor Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório, pelo acolhimento e orientações prestadas, bem como por toda generosidade, paciência e conselhos a mim dispensado no decorrer desta jornada, agradeço pelas cobranças e exigências que muito contribuíram para meu enriquecimento intelectual. Professor! minha gratidão e meu muito obrigado.

Agradeço meu pai Osvaldo e minha mãe Vilma que, talvez mesmo sem saber a importância e dimensão desta minha busca, desta jornada, dessas idas e vindas sempre me apoiaram dentro de suas possibilidades e tomaram a decisão correta naquele ano de 1986 ao abdicarem do trabalho em uma fazenda para virem para a cidade mesmo sem profissão nenhuma, mas no intuito de proporcionar acesso a escola para os filhos. Minha gratidão, respeito e meu muito obrigado.

Meus agradecimentos aos meus irmãos, filhos e cunhado (a) pelos momentos de distração quando já estava exausto das idas e vindas, é sempre bom estar reunido em família.

Todo meu carinho, respeito e agradecimento a Professora Dr^a Tatiana Calheiros Lapas Leão pelo estímulo dado, fazendo com que viesse a seguir meus estudos após ser minha Orientadora na Especialização em Educação Especial nesta mesma Universidade e se colocando a disposição para orientações. Professora saiba que se não fosse você eu não estaria aqui. Obrigado imensamente por tudo, até mesmo pelas preocupações com esse aprendiz, preocupações demonstradas através das mensagens e ligações.

Agradeço ao Professor Dr. Anailton de Souza Gama, amigo e incentivador para o qual me faltam adjetivos para demonstrar minha imensa gratidão. Amigo que nas horas difíceis sempre criava meios para que eu viesse a me superar.

A todos do “Grupo de Estudos e Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos” (GEIARF), em especial a Heriel Luz e Léo Dimmy pelas excepcionais apresentações e interação fora do ambiente acadêmico.

Meu carinho e agradecimento a todos os professores do PPGEduc: Jacira Assis, Silvia Brito, Margarita Rodriguez, Alexandra Ayach e Fabiany Tavares.

As técnicas do PPGEduc/UFMS, Liliane e Gabriela, pela disponibilidade em sanar as dúvidas que surgiram no decorrer dessa caminhada.

Meus agradecimentos também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa-auxílio concedida para a realização deste trabalho.

Registro também meus agradecimentos pelo apoio recebido do Sindicato dos Trabalhadores na Educação (SIMTED) de Nova Andradina, representado pelo Presidente Edson Granato.

Obrigado aos diretores da instituição por disponibilizarem acesso aos documentos que foram objetos desta pesquisa.

Agradeço a cada pessoa que de alguma forma, direta ou indiretamente veio a contribuir para este momento.

Por último, mas não menos importante, visto que está em primeiro lugar em minha vida, agradeço a Deus, Deus que nunca me desamparou, mesmo diante de toda dificuldade vivida, Deus que me deu muita paciência para contornar e vencer todos os obstáculos que vinham surgindo no decorrer desta caminhada, obstáculos que só eu e Deus sabemos. Agradeço a Deus por cada pessoa que colocou em meu caminho no decorrer destes dois anos.

O poder fascina. O poder corrompe. Sob sua casta, transforma seres humanos. Uns poucos ficam melhores. Muitos, imbecilmente tornam-se piores. Sob a égide do poder, erguem-se paredes visíveis de arrogância, prepotência e incompetência. O indevido uso do poder promove o retrocesso, gera o medo e expõe a insegurança aliada à incapacidade de quem se abriga sob o manto da mediocridade. (OSÓRIO, 2010, p.119)

RESUMO

PAIXÃO, Ricardo Aparecido da. **Livros de ocorrências:** Instrumento da prática pedagógica 2019. 75 f. Dissertação. Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2019.

Este estudo investiga e discute alguns elementos constitutivos dos conflitos existentes no cotidiano escolar através da análise dos discursos contidos nos registros do Livro de Ocorrências e a compreensão da inter-relação entre os estudantes e a escola. Tomamos como objeto o Livro de Ocorrências de uma escola pública do Estado de Mato Grosso do Sul, vinculada a Rede Municipal de Ensino de Nova Andradina, no estado de Mato Grosso do Sul, registrada como Escola do Campo, visto que a maioria dos estudantes são oriundos de fazendas e assentamentos. A escola em questão fica situada em um distrito há 57 km do município. Na proposta de análise confrontaremos os registros e ou excertos com algumas incursões as reflexões de Michel Foucault especificamente a obra Vigiar e punir, objetivando verificar as questões teóricas vinculadas à ideologia, sujeito e as relações de poder que se dão na e pela linguagem, embora Foucault não aborde explicitamente o conceito violência, mas as relações de poder e saber. É uma pesquisa documental, tendo em vista a necessidade de análise dos excertos contidos neste objeto e a referenciação bibliográfica. A coleta do material de pesquisa compreende o período do ano letivo de 2017 e 2018. Para concretização dos objetivos apontaremos se este dispositivo continua sendo utilizado como uma ferramenta de controle, inibição e punição para aqueles que transgridem o regimento (Leis, regras) vigente e imposto no ambiente escolar, bem como o discurso predominante nestes registros. Destaca-se, dentre os resultados desta pesquisa que este dispositivo (LOE) continua sendo utilizado como uma ferramenta de controle, inibição e punição para aqueles que transgridem o regimento escolar. Acrescentamos ainda que não buscamos afirmar ou fazer generalizações, mas ousamos dizer que os discursos mencionados nas análises sempre convergem para um mesmo, são paráfrase do Discurso autoritário.

Palavras-chave: Escola; Livros de ocorrência; Disciplina.

ABSTRACT

PAIXÃO, Ricardo Aparecido da. **Occurrence books:** Instrument of pedagogical practice 2019. 75 f. Dissertation. Course of Master in Education of the Federal University of Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2019.

This study investigates and discusses some of the constituent elements of conflicts in school life through the analysis of the discourses contained in the Book of Occurrences and the understanding of the interrelation between students and the school. We take as object the Book of Occurrences of a public school of the State of Mato Grosso do Sul, linked to the Municipal Network of Teaching of Nova Andradina, in the state of Mato Grosso do Sul, registered as Field School, since the majority of the students are from farms and settlements. The school in question is located in a district 57 km from the municipality. In the proposal of analysis we will confront the records and excerpts with some forays into the reflections of Michel Foucault specifically the work *Vigiar and punir*, aiming to verify the theoretical issues linked to the ideology, subject and power relations that occur in and by language, although Foucault do not explicitly address the concept of violence, but the relations of power and knowledge. It is a documentary research, considering the need to analyze the excerpts contained in this object and the bibliographic reference. The research material collection will cover the period of the 2017 and 2018 school year. In order to achieve the objectives we will indicate if this device continues being used as a tool of control, inhibition and punishment for those who transgress the current (Laws, rules) regiment and imposed in the school environment, as well as the predominant discourse in these records. It is noteworthy, among the results of this research that this device (LOE) continues being used as a tool of control, inhibition and punishment for those who transgress the school regiment. We also add that we do not seek to affirm or make generalizations, but we dare to say that the discourses mentioned in the analyzes always converge for the same, are paraphrase of the authoritarian Discourse.

Keywords: School; Occurrence books; Discipline.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. CONTEXTUALIZANDO O UNIVERSO DA PESQUISA	18
1.1 Um Percurso do Olhar sobre a Produção Acadêmica	21
1.2 O Município da pesquisa	24
1.3 O <i>Lócus</i> da pesquisa	25
1.4 A exploração dos registros	28
2. LIVRO DE OCORRÊNCIAS E OS INTERDITOS	30
2.1 Discursos da violência na Escola	30
2.2 O Livro de Ocorrências: “Ferramenta pedagógica”	34
2.3 A materialidade do <i>corpus</i>	35
3. OS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS	38
3.1 O Livro de Ocorrências Escolar	38
3.2 Múltiplos olhares sobre o Livro de Ocorrências: produções e diferentes faces	40
3.3 Por uma teoria de análise	42
3.3.1 Do Discurso e Sujeito	44
3.3.2 Da Formação Discursiva e Materialidades Técnico-Discursivas	45
3.3.3 Foucault e o Livro de Ocorrências: Um gesto de leitura sobre os arquivos	46
3.4 Outros sentidos: materialidades discursivas	47
CONSIDERAÇÕES	62
REFERÊNCIAS	66
ANEXOS	69

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Dependências da Escola - Entrada e espaço onde são realizados eventos (2018)....	26
Figura 2 - Dependências da Escola - espaço entre pavilhões (2018).....	26
Figura 3 - Dependências da Escola - espaço entre pavilhões (2018).....	27
Figura 4 - Dependências da Escola - Quadra poliesportiva (2018).....	27
Figura 5 - Dependências da Escola - estacionamento com vistas para a entrada (2018).....	28
Figura 6 - Livro de Ocorrência/2017 (2018).....	39
Figura 7 - Termo de abertura do Livro de Ocorrências (2018).....	41

INTRODUÇÃO

Com o advento da globalização e do neoliberalismo, bem como dos meios de informação e comunicação, novos valores se intercalam, cruzam-se e excluem-se, impondo novos discursos à sociedade. Esses discursos culturalmente formados se materializam e são veiculados para atender a valores pré-estabelecidos e homogêneos com algumas variações. Dessa maneira, qualquer pesquisa que envolva educação, trabalho e diversidade articula-se a partir de um período determinado socioeconomicamente, politicamente e também culturalmente, tendo em vista os sujeitos nela envolvidos.

A instituição escolar, nosso *lócus* de pesquisa, é um espaço onde as disparidades se mostram muitas vezes como um contratempo no cotidiano das relações excessivamente enrijecidas como horários para entrar e sair, aulas preestabelecidas, recreio com curto espaço de tempo e, mesmo assim, almeja-se que tudo que venha acontecer dentro da instituição por parte dos estudantes não saia dos padrões previstos em seu regimento.

Pesquisar a questão dos Livros de Ocorrências pode provocar, à primeira vista, um efeito de estranhamento apesar de o tema não representar um tabu na sociedade, devido a um número significativo de veiculações na mídia impressa, televisiva, eletrônica, com destaque nas páginas policiais, envolvendo ocorrências de indisciplina nas escolas.

Pode-se considerar indisciplina no contexto educacional todo ato de violação de regras imposta pela instituição escolar; o aluno ou aluna que não segue essas regras carregam o rótulo de indisciplinado. Em grande medida, essas regras são elaboradas em decisões fechadas, ou seja, sem a participação da comunidade escolar.

Para Osório (2001, p. 530):

Por esse e outros motivos a educação, nas últimas décadas, tornou-se palco de denúncias e de elaboração de simples diagnósticos, para os quais uma ação efetiva de soluções sempre foi negada. Todos sabem o que fazer, mas não sabem como fazer, na medida que pautam seus fazeres em uma direção conceitual restrita ao modismo vigente de alguns pressupostos teóricos.

Sendo assim, ao refletirmos sobre a citação acima, percebemos claramente que há uma demanda na sociedade para discussão do tema, visto a proliferação de atos vários considerados indisciplinados nas escolas e, nesse sentido, o Livro de Ocorrências nas

instituições escolares é um dispositivo, enquanto “ferramenta pedagógica”, na tentativa de aperfeiçoamento de controle para as condutas concebidas como inadequadas no âmbito das instituições.

Leão (2013, p. 21), em sua tese de doutoramento pesquisa sobre o adoecimento dos professores e aponta que em 2009 foram registradas 25 ocorrências por ameaças, calúnias, difamação, desacatos e injúrias, e essas dificuldades enfrentadas dentro da sala de aula têm acarretado, também, o afastamento do professor por problemas de saúde. De acordo com a tese da pesquisadora, fica nítido que os atos indisciplinares dos estudantes vão além de prejudicar tão somente as aulas, chegando a causar problemas de saúde aos docentes e em muitas vezes o abandono da carreira do magistério.

Sendo assim, nosso estudo baseia-se numa pesquisa documental, tentando desvelar, na medida do possível, elementos subjetivos que constam nas fontes consultadas, cujo propósito não é mensurar ou listar acontecimentos, mas conseguir compreender os comportamentos de determinado grupo-alvo, no caso, alunos de uma escola do campo no município de Nova Andradina, no estado de Mato Grosso do Sul.

O modelo de investigação empregado aqui, foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando suas especificidades. Nesse tipo de pesquisa as respostas não são objetivas, a escolha desta metodologia é feita quando o objetivo do estudo é entender o porquê de certas coisas. Outro detalhe é que nem sempre este modelo faz uso de dispositivos estatísticos na fase da análise dos dados. A análise documental é realizada a partir de documentos que se difere da pesquisa bibliográfica quanto aos procedimentos técnicos, pelo fato de não possuir um tratamento analítico do seu conteúdo, considerados autênticos. Estes documentos são registros sempre escritos, usando como fontes uma série de elementos dos mais variadas ordens e subsídios.

De forma geral, consiste na etapa inicial de todo o trabalho científico o objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir de determinado tema ou problema de estudo que no caso é sobre o Livro de Ocorrências, além do que a pesquisa exige se limitar ao problema de estudo, tendo como foco inicial uma varredura, com intervalo de tempo determinado das produções científicas, servindo como modo de se aprofundar no assunto. São fontes que podem ser livros, artigos, documentos monográficos (dissertações e teses), periódicos (jornais, revistas, etc), textos disponíveis em sites confiáveis, entre outros locais que apresentam um conteúdo documentado que aqui, ficou delimitada a fonte de subsídio anunciada (OSÓRIO, 2017).

Durante o processo de pesquisa é importante que sejam realizadas anotações e fichamentos sobre os conteúdos que forem mais importantes, e que eventualmente serão usados como fundamentação teórica em seu trabalho (OSÓRIO, 2017). Enquanto documentos, são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem em seus conteúdos para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador.

Discutido o modelo de investigação e a pesquisa a ser empregada, toma-se como objeto de análise os registros documentais constantes nos Livros de Ocorrências.

No primeiro momento foi pensado em fazer um estudo comparativo entre duas escolas da rede pública de ensino, sendo uma no município de Campo Grande e outra, no município de Nova Andradina, ambas localizadas no estado de Mato Grosso do Sul.

Por questões operacionais como acesso a documentação, compilação da mesma, isso foi se tornando inviável em relação ao município de Campo Grande por um conjunto de exigência da própria instituição, ficando apenas como campo de estudo uma escola da Rede Municipal de Nova Andradina.

A definição do tema e as possibilidades operacionais da pesquisa demandaram algumas adequações ao projeto original, tentando preservar na medida do possível a temática violência escolar. No primeiro momento, foi visitada a escola onde foram apresentados os objetivos e a metodologia a serem adotadas no estudo, deixando claro que nos registros contidos no Livro de Ocorrência seriam ocultados qualquer tipo de identificação de aluno ou aluna, envolvidos bem como o nome da escola. Isto exigiu que os relatos constantes nos registros fossem codificados por letra, sendo a letra “E” (excerto) numa sequência, numeral, a partir do número 1 para efeito de descrição e análise.

A busca inicialmente foi de analisar os diferentes tipos de discursos que, por intermédio de suas narrativas, constituem um emaranhado de signos que são transformados em palavras. Por consequência, são questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito e essas relações se dão nas relações de poder (FOUCAULT, 2014), colocando em pauta o funcionamento da linguagem.

Essa pesquisa está organizado em três Capítulos. No Capítulo I com o título “Contextualizando o Universo da Pesquisa” é apresentado o *locus* da pesquisa, bem como o percurso metodológico percorrido e um esboço incipiente de produções sobre a temática.

Já no Capítulo II intitulado “o Livro de Ocorrências e os Interditos” tem como objetivo contextualizar o objeto de estudo e os *modus operandis* em que ele foi se transformando, incluindo as práticas de violências.

No Capítulo III que traz como título “Discursos do Livro de Ocorrências: Docilização dos Corpos” são apresentadas algumas narrativas contidas no Livro de Ocorrências e um exercício preliminar relacionando com as obras Vigiar e Punir (2014) de Michel Foucault, bem como outros conceitos que serão utilizados no decorrer das análises.

Por último, as considerações finais, onde serão abordadas alguns destaques em relação as análises realizadas nos excertos dos discursos constantes no livro de ocorrências, como resultados do que foi possível observar nesta pesquisa.

1 CONTEXTUALIZANDO O UNIVERSO DA PESQUISA

Nesse capítulo apresentamos no formato de itens os seguintes tópicos: 1.1 Um percurso do olhar sobre a produção acadêmica; 1.2 O Município da pesquisa, enquanto parte do lócus do estudo – Nova Andradina/MS; 1.3 O *Lócus* da pesquisa – a escola; 1.4 A exploração dos registros;

A organização do capítulo se deu por intermédio de documentos, registros em arquivos consultados tendo como propósito contextualizar o universo da pesquisa com a intenção de melhor situarmos a discussão.

O termo “arquivo” (do latim *archívum*, lugar onde se guardam documentos) tem sido compreendido em diversas acepções. Delineou-se, ao longo do tempo, uma maneira simplista de se pensar naquilo que seria um arquivo. Essa maneira se torna perceptível quando analisamos grande parte de suas definições que privilegiam o aspecto físico, material e técnico.

Em sentido lato, um arquivo pode ser tomado como um conjunto de documentos – como papéis oficiais, impressos, manuscritos, cartas e/ou fotografias sobre determinado conteúdo. Assim, o arquivo, de modo geral, pode ser compreendido como um grande instrumento de armazenamento e acesso a informações e, nesse sentido, está frequentemente ligado às questões de preservação da memória, na medida em que funciona como um depósito de dados e fatos, como o Livro de Ocorrências.

Como a problemática acerca do arquivo é constante em discussões contemporâneas ligadas à memória, visamos discutir dois diferentes conceitos de arquivo: o postulado por Michel Foucault, que trata do conceito de arquivo a partir de lugares distintos e, naturalmente, a questão do arquivo que está ligada à da própria memória – o que se torna possível mesmo se observarmos essa relação a partir de diferentes perspectivas.

Conforme Foucault (2007), é o *a priori* histórico que permite compreender os discursos na lei de seu devir efetivo, caracterizado pelo desencadeamento que não só utiliza e acolhe estruturas formais, mas também as exclui, esquece ou simplesmente desconhece.

O *a priori* histórico faz ver a forma como se articula o domínio dos enunciados e é neste domínio enunciativo que se desenrolam, por sua vez, segundo regras específicas, práticas discursivas em cuja diversidade funcionam sistemas de enunciados que fazem com que alguns destes sistemas apareçam como acontecimentos e como coisas. São todos esses

sistemas de enunciados – acontecimentos de um lado, coisas de outro - que Foucault chama de arquivo (FOUCAULT, 2007, p. 146).

Sendo possível pensar no arquivo como um lugar no qual se organizam determinados documentos, não se pode negar, portanto, que esta é uma das interpretações possíveis dessa noção. Para Pêcheux (2010, p. 51) arquivo é “[...] entendido, no sentido amplo, como ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’”. Logo, se a noção de arquivo é, entre outras coisas, um grupo de documentos que está relacionado a determinado tema, sendo este grupo de documentos pertinente e estando disponível, é porque, de alguma maneira, este arquivo já sofre certa organização. O arquivo é, portanto, organizado por uma leitura. Não se trata, porém, de uma leitura analítica de arquivo propriamente dita, mas de uma leitura que revela se determinados documentos são referentes a um tema ou outro. Pode-se entender, então, que existem os mais diferentes tipos de arquivos.

A Análise do Discurso de extração francesa se desenvolveu tendo como função trabalhar os processos discursivos analisando como se constroem certas evidências de sentido e traz à tona outros sentidos que não são, ou deixam de ser mobilizados neste gesto de leitura de arquivos. Cabe ressaltar que a AD não se constitui em uma ferramenta que desvenda o sentido verdadeiros dos arquivos. A AD trata de desvendar os processos discursivos que levam às imposições como evidências, bem como o que esses mesmos processos deixam de fora. Por isso que está em seu fundamento o gesto de leitura do arquivo a fim de constituir um corpus analítico.

Para Foucault (2007, p. 147), a noção de arquivo não se trata da soma de todos os textos de determinada cultura. Além do mais, o arquivo também não é pensado em uma totalidade como se fosse sempre possível acessá-lo na íntegra.

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa.

A noção de enunciado é bastante importante para pensar a noção de arquivo em Foucault. O enunciado, em Foucault (2007, p. 98), não é uma sentença linear, é vertical, ou seja, o enunciado foucaultiano não é da ordem da formulação, pois deve ser visto como uma “[...] função de existência, que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não”.

O enunciado foucaultiano deve ser entendido como um conjunto de formulações possíveis. Para Foucault (2007, p. 11): “Pode-se dizer, de modo geral, que uma sequência de elementos linguísticos só é enunciado se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular”. Assim, é o arquivo que rege o aparecimento de novos enunciados, fazendo com que estes enunciados possam coexistir além de se modificar conforme as condições de existência. O arquivo é também responsável por fazer com que certas práticas discursivas sejam esquecidas, mais especialmente, afastadas de uma atualidade, mas, ao mesmo tempo, o arquivo também é o que preserva a atualidade na forma de uma tradição.

O arquivo não é o único responsável pelo esquecimento de certas práticas discursivas. Há de se considerar o fato de que certas condições de produção também podem levar ao esquecimento de determinadas práticas. Para Foucault (2007, p. 148), “[...] entre a tradição e o esquecimento, ele [o arquivo] faz aparecer regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente”, de tal modo que é responsável pelo que nos separa do que não faz mais parte de nossa prática discursiva. Segundo Foucault (2007, p. 148): “A descrição de um arquivo desenvolve suas possibilidades (e o controle de suas possibilidades) a partir dos discursos que começam a deixar justamente de ser os nossos”. Quando temos a percepção de que dado discurso não nos pertence mais, é porque esse discurso já faz parte de um arquivo, aquilo que (res)guarda, organiza, ordena essa possibilidade de existência; o arquivo não pode ser descrito em sua totalidade, já que ele é fragmentado.

Sendo assim, a Análise do Discurso é fundamentalmente uma disciplina de interpretação e, dessa forma, é pelo gesto do analista que são feitas as análises. É pelo olhar do analista que são recortadas as sequências discursivas do seu *corpus*, é através deste gesto que é feita a leitura do arquivo. Seu papel é trabalhar na delimitação das formações discursivas, recortando as sequências discursivas e relacionando-as às matrizes parafrásticas a partir do aparato teórico-metodológico da AD. Deste modo, assim como a teoria não está pronta para ser aplicada, o arquivo não pode ser dado como pronto, fechado. São necessários muitos retornos a ele, no sentido de que não basta ao analista uma única leitura. As (re)leituras se fazem necessárias uma vez que não podemos, enquanto analistas, confiar em uma leitura primeira.

1.1 Um percurso do olhar sobre a produção acadêmica

Alguns estudos realizados em consulta preliminar aos bancos de dados sobre o tema destaca-se o artigo intitulado “A Disciplina dos corpos implícita nos Livros de Ocorrência” (2009), de autoria de Anailton de Souza Gama que, com pressuposto da Análise do Discurso de linha francesa objetivou verificar a violência simbólica que ocorre na escola através da prática de registro de ocorrências, culminando com as reflexões de Michel Foucault em sua obra Vigiar e Punir, porém com uma centralidade em Pierre Bourdieu. O artigo reflete sobre a inter-relação entre os adolescentes/adultos e a escola, fazendo emergir temas transversais como a diversidade cultural, a ética e a cidadania. Através de suas análises, o autor aponta que o Livro de Ocorrências Escolar (LOE) desempenha um papel importante para que as regras e ordens instituídas pela escola sejam cumpridas, legitimando por meio do poder da escrita as atitudes indisciplinadas dos estudantes. Destaca, ainda, que a escola, sendo considerada como lugar do saber, do conhecimento e do poder, pode influenciar na identidade de cada sujeito.

O artigo intitulado “Conflitos e Livros de Ocorrência no Cotidiano da escola pública: alguns caminhos de investigação”, de Renata Maria Moschen Nascente, Maria Cecília Luiz e Débora Cristina Fonseca (2015) discute elementos constitutivos dos conflitos existentes no cotidiano escolar por meio do LOE referentes aos estudantes do Ensino Fundamental de uma escola pública, localizada no interior paulista.

As autoras selecionaram algumas categorias discursivas que lhes permitiram afirmar que o LOE continua sendo utilizado como instrumento de controle e proteção da escola e que é possível verificar que os atos de indisciplinas constituem-se em sua maioria como incivildades, isto é, são atos que ferem preferencialmente regras de convivência e outra parte dos registros refere-se a atos de agressividades que, potencialmente poderiam ser considerados como atos violentos.

As autoras Kelly Aparecida do Nascimento, Celeste Aparecida Dias e Souza e Inês Aparecida de Souza Azevedo (2006), no artigo intitulado “Registros em Livros de Ocorrência das escolas públicas de cidades localizadas a leste de Minas Gerais: Uma análise documental”, o objetivo foi verificar a utilidade dos Livros de Ocorrências nas escolas públicas para o encaminhamento dos atos de indisciplina e de infração pelos profissionais da educação; as autoras identificam a reincidência dos tipos de comportamentos de crianças e adolescentes que motivam os profissionais da educação de escolas públicas a registrá-los nos livros de ocorrências e a natureza das punições impostas. Apontam como resultado a banalização do Livro de Ocorrências pelos profissionais da educação, pois os registros são

pontuais e isolados, sem evidências de qualquer acompanhamento pedagógico contínuo dos alunos advertidos, não havendo indícios de trabalhos educativos que contribuam para o estudante promover a transformação de seu comportamento considerado indisciplinado.

Além disso, de acordo com as autoras, da forma como vem sendo utilizado o LOE, o mesmo se descaracteriza, tomando uma identidade puramente burocrática, perdendo o cunho prevalente que seria o sócio-educativo.

Para corroborar com nossos estudos apontamos também outra pesquisa de relevante importância sobre o tema, a dissertação do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campo Grande – MS, de Marcos Antônio Paz da Silveira (2005), intitulada “(In) Disciplina e as Relações de Poder” cujos objetivos foram: identificar como se caracteriza o indivíduo (aluno) como “(in) disciplinado” dentro do ambiente escolar e verificar a disciplina relacionada aos processos sociais e culturais, os aspectos que afloram dentro do convívio escolar que caracterizam os desvios de normas, bem como até que ponto professor e aluno inter-relacionam-se na questão disciplinar.

O autor toma como referência os estudos de Michel Foucault em formulações que subsidiam as relações de poder/saber, poder/disciplinar, governabilidade e a conjunção de uma sociedade disciplinar. Os resultados indicaram que as instituições escolares refletem uma conduta normalizadora, apoiada em regras justificadas por um interesse coletivo, mesmo com o incremento de princípios democráticos nas estruturas administrativas e pedagógicas; as facções presentes em seu interior institucional reproduzem e fortalecem a padronização de condutas como estratégias de dominação, formando alunos assujeitados aos diferentes mecanismos de controle social. A passividade é a regra de aceitação em um discurso de cidadania.

A tese de doutorado, defendida pelo mesmo autor (2013) intitulada “Violência nas escolas de Mato Grosso do Sul: Arqueologias dos Discursos dos Trabalhadores em Educação”, teve como propósito analisar os processos discursivos sobre as violências que se encontram distribuídos nos entremeios pedagógicos nas escolas do Estado de Mato Grosso do Sul (MS) além de mapear os diferentes discursos sobre a violência; conhecer esses discursos sobre a violência escolar.

O autor toma por base as teorizações foucaultianas e, por instrumento metodológico, a arqueologia; os dados levantados para as análises foram tomados dos inventários aplicados pela Federação dos Trabalhadores em Educação do Estado de Mato Grosso do Sul (FETEMS)

aos trabalhadores em educação distribuídos nas escolas de MS; a coleta desses dados foi realizada no 25º Congresso da categoria.

Esse inventário, como instrumento investigativo, visou refletir sobre finalidades subjacentes das problematizações e possibilidades investigativas para uma convergência discursiva apoiada no campo do disciplinamento, a partir da mecânica de normalização distribuída nos entremeios pedagógicos de âmbito educacional e das ações e processos discursivos presentes na escola.

Destaca que diante de uma nova ordem econômica e social a comunidade escolar tem dificuldades de submissão às normas impostas ao convívio, ao discurso de ser produtivo e à própria finalidade da atual educação formal; ao compreender a construção dos discursos presentes nas ações pedagógicas na escola, como o discurso sobre a violência, a escola tem determinado novas e expressivas configurações de violências em sua rotina e reformulado suas formas de enfrentamento para a justificação social.

Outro trabalho é a dissertação de Keith Daiani da Silva Braga, intitulada “Homofobia na escola: Análise do Livro de Ocorrências Escolar”, defendida em (2014) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, no município de Presidente Prudente, no estado de São Paulo. O objetivo da autora foi de compreender como o Livro de Ocorrências Escolar, instrumento institucional utilizado em algumas escolas públicas brasileiras para registrar os acontecimentos que prejudicam o funcionamento dessas instituições no que diz respeito ao comportamento das alunas e dos alunos. A pesquisa traz os relatos sobre as violências de natureza homofóbica que se desenvolvem no espaço educacional. Segundo a autora, a homofobia relaciona-se a atitudes de violência (física, psicológica) e posicionamentos que – mesmo implícitos – quando materializados, atuam como um mecanismo de interdição, controle e vigilância de comportamentos sexuais (ainda que expressos por sujeitos heterossexuais) não heterocentrados e/ou não representados pelos padrões identitários de gênero.

As narrativas utilizadas na pesquisa denotam que no espaço escolar há por parte dos/das docentes vigilâncias das normas regulatórias de gênero; a violência homofóbica se desenvolve predominantemente a partir da injúria, sendo vítimas e agressores alunos /alunas e até mesmo docentes; os encaminhamentos dados pela gestão escolar são em maioria expressos por meio de advertências verbais e comunicado às mães, pais e responsáveis; e os posicionamentos das/dos educadoras/res e gestoras/res diante de situações de homofobia variam desde aqueles que na construção do relato utilizam-se de expressões como ofensa

homofóbica, preconceito com a orientação sexual e discriminação até os registros que sugerem a resolução da violência por meio da descrição de estudantes considerados/as não-heterossexuais.

Diante da leitura desses arquivos, constata-se que o Livro de Ocorrências se constitui num instrumento institucional utilizado em algumas escolas públicas brasileiras para registrar os acontecimentos que prejudicam o funcionamento dessas instituições no que diz respeito ao comportamento das alunas e dos alunos e que as instituições escolares refletem uma conduta normalizadora, por meio do uso do Livro de Ocorrências, apoiada em regras justificadas por um interesse coletivo, mesmo com o incremento de princípios democráticos nas estruturas administrativas e pedagógicas; Observa-se também pela leitura desses arquivos que as instituições escolares que se utilizam do Livro de Ocorrências reproduzem e fortalecem a padronização de condutas como estratégias de dominação, formando alunos assujeitados aos diferentes mecanismos de controle social sendo a passividade a regra de aceitação disfarçada em um discurso de cidadania. Importante também destacar das leituras desses arquivos a banalização do Livro de Ocorrências pelos profissionais da educação, pois os registros são pontuais e isolados, sem evidências de qualquer acompanhamento pedagógico contínuo dos alunos advertidos, não havendo indícios de trabalhos educativos que contribuam para o estudante promover a transformação de seu comportamento considerado indisciplinado.

No próximo item apresentamos uma caracterização do município, o qual foi realizado nossa pesquisa.

1.2 O Município da pesquisa

A colonização do município de Nova Andradina iniciou-se antes mesmo da divisão do estado de Mato Grosso, em 1977. Seu fundador, Antonio Joaquim de Moura Andrade (1889-1962), expandiu suas propriedades ao adquirir as fazendas Santa Bárbara, Xavante, Panambi e Baile, sendo esta última adquirida pelo fundador em 1951, propriedade até então pertencente à família Barbosa Martins. Em 1957 foi desmembrada uma gleba da Fazenda Baile. Foi neste período que se deu início os trabalhos nas terras que hoje compõem o município de Nova Andradina.

Nova Andradina fica localizada na região sudeste do estado de Mato Grosso do Sul, acerca de 300 quilômetros de Campo Grande, Capital do estado. Fundada em 20 de dezembro de 1958 e instalado oficialmente no dia 30 de abril de 1959, quando se desmembrou da

comarca de Rio Brilhante, pertenceu até então ao município de Bataguassu, no mesmo estado.

Nesse mesmo ano, em 1958, em um barracão da Empresa Andrade, instalou-se a primeira escola nova-andradinense (E.M Antonio Joaquim de Moura Andrade), que teve como docentes os professores Katsuko, Mariko Fujibayashi, Cecília Holanda e Efantina Quadros. Ainda no mesmo ano foi construído um prédio de alvenaria dando origem à sede do Grupo Escolar Moura Andrade.

A população nova-andradinense está estimada em 50.010 habitantes e conta com mais de 32 mil eleitores, segundo o último censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Também conhecida como “Cidade Sorriso”, conta com uma área urbana calculada em 4.776,10 km² e encontra-se a uma altitude de 380 metros. Seus principais rios são o Anhandui, Ivinhema, Ribeirões São Bento e Laranjal, Córregos Baile, Papagaio, Bernardo e Samambaia (PMNA, 2018).

Atualmente tem seis assentamentos rurais e centenas de fazendas. No município também está instalado um distrito denominado Nova Casa Verde, que fica a uma distância de 57 km da área urbana e abriga uma das dez escolas da Rede Municipal. Além das escolas também oferece nove Centros de Educação Infantil (CEINF) à população das zonas urbana e rural.

O município abriga duas unidades mantidas por Universidades Públicas, sendo elas Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), bem como três Universidades Privadas: Faculdades Integradas de Nova Andradina (FINAN) vinculada a Universidade Brasil, ANHANGUERA Educacional, Associação Novaandradinense de Educação e Cultura (ANAECE) e dois pólos de Educação a Distância, sendo eles, Cruzeiro do Sul e Universidade da Grande Dourados (UNIGRAN-NET).

Atualmente, Nova Andradina é a sexta maior cidade de Mato Grosso do Sul e ocupa a nona colocação no PIB do Estado fazendo do município o principal centro urbano e econômico da região sudeste (IBGE, 2010).

1.3 O Lócus da pesquisa

O *lócus* desta pesquisa se realizou numa escola pública no município de Nova Andradina, no estado de Mato Grosso do Sul que foi criada através do Decreto Municipal Nº 242/2000 de 25 de Julho de 2000 e, pela estrutura, pertence à rede oficial de ensino por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura (SEMEC).

Enquanto unidade escolar, a mesma tem por uma das finalidades: atender o disposto na Constituição Federal (1988), a Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul (1989), do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8069/90, a Lei Orgânica do município de Nova Andradina (2006), além de cumprir as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96) e observando outros dispositivos especificamente aplicáveis.



Figura 1- Dependências da Escola - Entrada e espaço onde são realizados eventos (PAIXÃO, 2018)

Em 2018 a escola contou com 1023 alunos matriculados, sendo na Educação Infantil 91; Ensino Fundamental I – 528; Ensino Fundamental II- 351; e na EJA -53. Em nossos anexos constam o detalhamento da quantidade de alunos matriculados por ano/série pelo ano letivo de 2018, bem como aprovados, retidos e alunos transferidos.



Figura 2- Dependências da Escola - espaço entre pavilhões (PAIXÃO, 2018)

A instituição escolar em questão mantém o funcionamento nos três turnos (matutino, vespertino e noturno). Os alunos e alunas dessa escola são oriundos, em sua maioria, da área

rural; alguns desses alunos despertam às 3 horas da manhã e chegam a percorrer até 130 km por meio do transporte escolar para chegar na unidade escolar.



Figura 3- Dependências da Escola - espaço entre pavilhões
(PAIXÃO, 2018)

Todos os estudantes que moram em sítios, nos assentamentos e fazendas fazem uso do transporte disponibilizado pela prefeitura do município. São 9.000 km diários percorridos por 58 ônibus. As imagens a seguir ilustram a estrutura física da instituição.



Figura 4- Dependências da Escola - Quadra poliesportiva
(PAIXÃO, 2018)



Figura 5 - Dependências da Escola - estacionamento com vistas para a entrada (PAIXÃO, 2018)

Destacamos algumas imagens da escola no intuito de mostrar o amplo espaço disponível para os alunos, bem como elencamos alguns projetos executados na instituição que são: projeto de compostagem, meu dinheiro, horta e participação na Khan Academy dentre outros. Enfatizamos também a nota do IDEB da instituição que em 2017 foi de 5.0, visto que a média do município foi de 4.4 e a projeção nacional era de 4.0.

No próximo item será tratado o percurso metodológico e as técnicas utilizadas de consultas aos arquivos.

1.4 A exploração dos registros

Nosso objetivo neste tópico é descrever o percurso das técnicas utilizadas e destacar os elementos (excertos) registrados no Livro de Ocorrências da instituição selecionada.

Num primeiro gesto de leitura sobre o arquivo denominado Livro de Ocorrências nos atentamos para uma leitura dos aspectos gerais ali descritos. Desta forma, percebeu-se uma tendência para um modelo de ocorrências. Observa-se que dentre as informações constam a data (da ocorrência) o nome do aluno ou alunos envolvidos, a narração da infração cometida e, por fim, a notificação dos pais dos envolvidos sobre a transgressão ao Regimento - ato de indisciplina.

Posteriormente, as ocorrências foram agrupadas por categorias discursivas ou características de aspectos considerados indisciplinares a partir do Regimento da Escola, destacando ações relativas ao racismo, sexualidade, vias de fato, desrespeito ao professor, descumprimento de horários estipulados pela instituição, entre outros delitos regimentais, mas não de menor importância em se tratando de atos indisciplinares, bem como outras anotações que subsidiassem a problemática de estudo.

Frequentemente, enquanto manuseávamos e fazíamos a leitura dos registros relatados no LOE que ocorreram no interior da escola, surgiam perguntas por parte dos colaboradores da instituição como: O que você está anotando? Porque se interessou por essa temática? ou O que você pretende mostrar com esse estudo? Essas indagações foram interessantes porque permitiu-nos inferir que o Livro de Ocorrências utilizado na instituição, até então, se constituía numa mera forma de registro, talvez sem grande importância, tendo em vista que nunca ninguém o procurou ou se interessou pelo mesmo.

Em relação a forma de como era usado o LOE no dia a dia da instituição, buscamos de maneira informal subtrair tais informações dos gestores e coordenadores da instituição que relataram os critérios para o uso do LOE. O uso do Livro é feito mediante os atos de indisciplinas leves, desde que haja reincidência da infração como, por exemplo, faltar a aula.

Já nos atos considerados mais graves como ofensa moral, racismo, homofobia, desrespeito para com qualquer membro da instituição ou colega, o registro já é lavrado no primeiro momento, não havendo a advertência verbal.

Consideramos então que cada registro do LOE é escrito a partir de uma queixa advinda de algum membro da instituição que presenciou algo que fugisse das normas padrões da escola ou tenha sofrido algum tipo de agressão.

O LOE, como já apontado anteriormente apresenta-se como ferramenta de controle e disciplinarização no ambiente escolar. Por este motivo é notório que o maior número de ocorrências diga respeito à inobservância ou posicionamento contrários às regras e normas de conduta e boa convivência estabelecidas pela instituição.

Na próxima seção será discutida o Livro de Ocorrências.

2 LIVROS DE OCORRÊNCIAS E OS INTERDITOS

Neste capítulo apresentamos algumas reflexões acerca dos discursos da violência na escola, bem como o uso do Livro de Ocorrências como “ferramenta pedagógica” no ambiente escolar e uma discussão sobre a materialidade do *corpus*.

2.1 Discursos da Violência na Escola

Para Foucault (2014, p. 154), a escola é mais uma das instituições para criação de seres dóceis e obedientes; contudo, a violência e indisciplina na escola têm se configurado de várias maneiras em cada sociedade e momento histórico, por vezes ganhando uma configuração peculiar.

Na contemporaneidade, a violência no espaço escolar se produz e se adequa, pois é nesse espaço que é legitimada pela configuração das práticas sociais, nas relações de poder e saber, demarcadas por dispositivos ditos democráticos, mas que escondem princípios controladores, elitizantes, normalizadores e geradores de conflitos revelando um universo educacional portador de todas as mazelas do tecido social.

Para Osório (2010, p. 146), “essas são as estratégias dos discursos de uns em relação aos outros, as táticas empregadas para chegar à verdade, para o enfrentamento e para um possível domínio”. São essas regras, postas em práticas, em um determinado momento, que legitimam a ocorrência, porque ela também é fruto de outras relações de poder e interesses, muitas vezes pessoais e corretivos.

Os discursos a respeito das relações de poder e a manutenção de domínio no Livro de Ocorrências é aqui considerado como um acontecimento pois, se de um lado há dificuldade de se definir violência, em contrapartida há também um discurso que reivindica um tipo de identidade, que é a questão central. Esse acontecimento apresenta uma série de dificuldades para ser delimitado, considerando que ele é uma convergência multifacetada de várias situações presentes na sociedade e na instituição, se transformando muitas vezes em um conceito arbitrário que lida com subsídios cujas origens são preconceitos presentes nas sociedades.

Para Minayo (1993), o sistema simbólico de uma determinada cultura é uma construção social e sua manutenção é fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade através da interiorização da cultura dominante pelas pessoas. Ele se traduz na

imposição legítima e dissimulada dos valores e símbolos de poder que se tornam naturais, inquestionáveis e mesmo invisíveis no dia-a-dia.

Assim, pode-se definir a violência simbólica como o exercício e difusão de uma superioridade fundada em mitos, símbolos, imagens, mídias e construções sociais que discriminam, humilham e excluem. Outra possível definição é a de que se trata do estabelecimento de regras, crenças e valores que obrigam o outro a consentir pela obediência, dominação ou servidão. A escola, como formadora, tem um papel fundamental na desconstrução da violência simbólica e da cultura da inferiorização de gênero, de raça, de classe social e de geração.

As reflexões de Foucault (1996) se aproximam desse entendimento quando apresentam o discurso como a estratégia de problematizar a construção da história da sociedade. A configuração da história tradicional, de conceito linear, lógica evolutiva, relações homogêneas e princípios de causalidade é posta em uma nova perspectiva pelo acontecimento discursivo de uma história nova, de problematizar a causalidade, privilegiar as séries, os recortes e os deslocamentos dos acontecimentos discursivos.

Observar a temática sobre as relações de poder e a manutenção de domínio no Livro de Ocorrências é analisar esse tipo de situação no âmbito escolar, visto que os atores envolvidos (professor, aluno, funcionários e comunidade) ora são vítimas, ora são agressores, em variados níveis, motivações e momentos.

Situações geradas em conflitos como incivildades, xingamentos, desrespeito, ofensas, modos grosseiros de se expressar e discussões fazem parte da rotina escolar e, postas em análise criteriosa, podem caracterizar atitudes de ruptura com a ordem estabelecida ou, simplesmente, aproximar-se de ações cotidianas ou banais.

A violência estabelecida como fenômeno requer uma distinção de “identidade”, enquanto possibilidades múltiplas, além das questões como integridade física, psíquica, emocional e está presente nos diversos grupos sociais, inclusive nos participantes da vida escolar.

Segundo Silva (2004, p. 146):

[...] a análise da problemática da violência na instituição escolar passa necessariamente pela compreensão de que:

1. Não se pode dissociar a violência da escola da problemática da violência presente na sociedade;
2. A violência necessita ser entendida partindo-se da sua complexidade e multicausalidade, das dimensões estrutural e cultural de forma articulada;
3. As relações de violência não podem ser concebidas, apenas, como um processo de fora para dentro, uma vez que a violência externa afeta a escola e essa é, também, produtora de violência.

Para Silva (2004), a escola se situa como promotora de violência nos comportamentos autoritários e relações de poder. O Estado reflete as relações autoritárias existentes na sociedade e esse contexto social acaba por estimular a banalização da violência.

Numa sociedade marcada pelo individualismo, pela apatia social, pela falta de solidariedade, pela confusão no que se refere ao certo e ao errado, certamente não constitui tarefa fácil estabelecer limites e/ou construir regras disciplinares.

Pais e educadores, não querendo repetir com seus filhos (as) e alunos (as) o modelo de educação autoritário em que, muitas vezes, foram criados, têm dificuldades em estabelecer limites e regras de disciplina. Daí a necessidade de desenvolvimento de processos de humanização e democratização da sociedade pela cultura e educação voltada para a ampliação, discussão e difusão, de instaurar uma cultura de paz e promover o enfrentamento da violência.

Outro aspecto dessa temática é como a violência escolar tem sido tratada pela mídia. A imagem veiculada pelas mídias é a de que as escolas públicas, principalmente as localizadas em regiões periféricas, por sua natureza são violentas.

Há que se destacar também que a violência e desigualdade (entre classes, raças, gêneros, gerações) estão intimamente relacionadas, pois essas assimetrias (de poder) são sinais para a criação de categorias distintivas entre aqueles considerados humanos e não-humanos. A diversidade social presente no meio escolar possibilita uma heterogeneidade de manifestações que reflete a existência da violência escolar. A escola não é sedimentada a um tipo de violência, visto que essa instituição não está apartada da realidade social.

Assim, de acordo com Abramovay e Castro (2006, p. 34):

Aceita-se, portanto, uma visão extensa da violência que incorpora:

1. A violência física, ou violência dura: é a intervenção física de um indivíduo contra a integridade de outro, e assim também contra si mesmo, abraçando suicídios, furtos, assaltos, homicídios, ferimentos, golpes, roubos, crimes, vandalismo, droga, tráfico, violência sexual. Ela se encontra no código penal.
2. A violência simbólica ou institucional: mostra-se nas relações de poder, na violência entre professores e alunos, por exemplo.
3. As microviolências: caracterizam-se por atos de incivilidade, humilhações, falta de respeito. Não são comportamentos ilegais no sentido jurídico, mas sim pequenos delitos que rompem regras

Para Yamasaki (2007), o desemprego estrutural, o modo de vida urbano e o capitalismo potencializam a banalização da violência; quando isso passa a ser rotina, o individualismo é exacerbado e o sentimento de destruição do outro, ou até sentimento de indiferença, materializa-se na competitividade social. As violências são de dimensões

objetivas (materiais e físicas), subjetivas (simbólicas) e de ocorrências em ambientes e contextos internos e externos à escola.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) traz, em suas definições, diferentes formas de violências praticadas no ambiente escolar, como: a) violência direta: relacionada a atos e agressões físicas; b) violência indireta: que afeta as questões emocionais e psicológicas; c) violência simbólica: que se estabelece nas relações de poder e sua ação, interferindo no agir e pensar dos indivíduos.

A violência simbólica tem a característica de não ser palpável sob os aspectos de percentuais e registros e, nesse sentido, de difícil identificação nas relações sociais.

De acordo com Silveira (2013), nessa polissemia conceitual, as características denotam a complexidade das modalidades de violências e da controvérsia em suas delimitações quanto ao objeto, variedade, quantidade, causas, interações e na própria falta de consenso sobre sua natureza.

Buscam-se justificativas para as causas da violência: fatores sociais, econômicos ou institucionais, déficit no sistema escolar, moradia, saúde pública e outros preponderantes como a fragilidade cultural, a demografia urbana, os meios de comunicação e a globalização; todas elas são agentes que podem potencializar o processo, mas são, também, condicionantes que não podem ser determinantes ao ponto de permitir que se possa provocar o enfrentamento do que está posto com uma uniformidade de ação (SILVEIRA, 2013, p. 38)

A escola passa a ser ferramenta mediadora de conceitos disciplinadores para a garantia de uma sobrevivência social através de uma governabilidade justificada pela imputação de preceitos democráticos ordenados por leis; todavia, ela se reforça, cotidianamente, pelo aparelhamento ideológico normalizador implícito em sua rotina pedagógica.

Nesse sentido Foucault (2009, 284) destaca:

[...] não se trata de impor uma lei aos homens, mas de dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas. [...] a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige, deve ser procurada na perfeição, na intensificação dos processos que ele dirige e os instrumentos do governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas.

Uma escola baseada na disciplina e na relação de submissão e subordinação a um regulamento, seu cumprimento na conveniência possível para a construção do futuro das pessoas teve, nessa força de assujeitamento, a justificativa para o bom funcionamento de seu espaço enquanto ambiente ou organização social.

No próximo item apresentamos e discutimos o uso do Livro de Ocorrências como “ferramenta pedagógica”.

2.2 O Livro de Ocorrências: “ferramenta pedagógica”

O Livro de Ocorrências Escolar trata de um instrumento institucional utilizado em algumas escolas brasileiras para registrar os acontecimentos que prejudicam o bom funcionamento dessas instituições no que diz respeito ao comportamento de seus estudantes.

Este instrumento, enquanto ferramenta pedagógica, também é conhecido como “Livro Preto” devido a cor da capa ser normalmente preta. Há por parte dos estudantes, o receio de terem seus nomes anotado em suas páginas e, conseqüentemente, das sanções disciplinares impostas pelas escolas, haja visto que, geralmente, tal documento descreve ou relata os atos considerados inadequados ou tidos como anormais mediante o Regimento e, por isso, são merecedores de punição.

Também, os mesmos seguem o padrão e modelo do Livro Ata, de capa dura, dando um caráter de documento, de registro, de normalização. Tendo em vista que a Ata é um documento em que se registra as ocorrências, resoluções e decisões das assembleias, reuniões ou sessões realizadas por comissões, conselhos, congregações, corporações ou outras entidades semelhantes, a ata é um documento de valor jurídico.

Por essa razão as ocorrências são lavradas de tal maneira que não possam ser introduzidas modificações posteriores. Geralmente é lançada em livros próprios, devidamente autenticados, cujas páginas são rubricadas por quem redigiu os termos de abertura e de encerramento, dando cunho oficial.

Caso alguma palavra seja escrita errada, não deve ser riscada ou ser utilizado líquido corretivo. Os Livros de Ocorrências possuem estas características do Livro Ata, tanto no ato de registro quanto nas características formais, fazendo um adendo destacando o erro e indicando o termo correto.

As ocorrências são registradas, sobretudo, pelos coordenadores e gestores, mas não são somente estes que os fazem, o inspetor da unidade escolar também está apto a fazer o registro. É perceptível que as ocorrências registradas digam respeito às indisciplinas cometidas pelos estudantes; sendo assim, sob a perspectiva das instituições escolares, a violação das regras descritas no Regimento interno da instituição é compreendida como atos que precisam ser registrados.

É visto como indisciplinado o aluno ou aluna que não realiza as atividades propostas pelo professor, consuma alimentos durante as aulas, atrapalhe de modo a perturbar as explicações, faça uso de vocábulos de baixo calão ou venha propagar temas relacionados a conteúdos eróticos. Já no que diz respeito à ideia de violência dentro das instituições, esta é

apontada e compreendida pelos colaboradores das escolas como: vias de fato, xingamentos e discussões entre os estudantes.

No próximo item apresentamos algumas discussões do *corpus* deste estudo.

2.3 A materialidade do *corpus*

A interdisciplinaridade e as relações entre identidade, história, formação discursiva e linguagem constituem a base para análise dos discursos presentes no Livros de Ocorrência e aspectos relativos ao discurso dos ‘controladores institucionais’, tendo em vista que são eles que registram o que ali vai escrito, no que se refere à suposta construção ou re-construção dessa nova atitude necessária frente às distorções cometidas na instituição. Refletem sobre o discurso da vigilância dos estudantes problemas, suas identidades e representações imaginárias.

Compreende-se o Livro de Ocorrências como um instrumento/documento/arquivo no qual a escola registra os atos indisciplinados cometidos pelos estudantes e entende-se que o mesmo funciona como um procedimento de punição para aqueles que não respeitam as normas determinadas pela escola.

Assim, o Livro de Ocorrências desempenha um papel fundamental no que diz respeito à tentativa de a escola fazer com que os discentes sejam disciplinados, o que pode ser considerado também como uma espécie de exame, no qual os procedimentos são acompanhados por um sistema que visa registrar, isto é, documentar tudo intensamente, ou seja, o uso do poder da escrita no funcionamento da disciplina, cuja função é inspecionar os estudantes, vigiar suas condutas a fim de que os mesmos não oscilem para a indisciplina.

Para Foucault (2014, p. 134):

O corpo sob vigilância deixa de ocupar-se com inutilidades e coloca-se à disposição de uma disciplina de exercícios regulares a fim de se mostrar possuidor de uma conduta melhorada, passando a ser domesticado e modelado, sendo assim, administrado por entidades de poderio que lhe garantem a formação e/ou a transformação.

Dessa forma, o corpo passa a ser classificado e ter a individualidade partilhada por esses instrumentos de poder, tendo em vista que essas instituições “ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos ‘suaves’ de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata – do corpo e suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão” (FOUCAULT, 2014 p. 135).

Por outro lado, a relação entre o corpo e a disciplina é necessária para a ordem e o adestramento social, este último entendido como a arte de disciplinar, exercer poder sobre

indivíduos. Segundo Foucault (2014, p. 167): “a disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que torna os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”. A disciplina é entendida neste contexto como obediência às regras e normas impostas pela escola. Se o aluno cumpre com as regras e normas impostas pela escola, mesmo que essas regras e normas contribuam para uma passividade, esse aluno é considerado “disciplinado”; caso haja uma “revolta”, uma “transgressão”, um “não aceite” dessas regras e normas instituídas pela instituição escolar, o aluno é considerado um “indisciplinado”. É a legitimidade constituída do “poder-saber”, tido como verdadeiro nos discursos institucionalizados. No acúmulo e na luta do território discursivo, o “poder-saber” e a “verdade” se tornam relacionais. Foucault (2005, p. 36) cita o exemplo da disciplina, posta por ele como “um princípio de controle de produção do discurso”, contudo, uma disciplina não pode ser concebida como a soma de todas as verdades que a concernem.

Para Foucault (2014, p. 134) “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”, enfim, a finalidade dessas instituições (Livro de Ocorrências) é a de promover sobre o sujeito (estudante) a transformação de seu comportamento para um retorno útil e dócil à sociedade; com isso faz-se perceber que os discursos nos remetem à ideia de que o sujeito deve sempre aceitar as regras estabelecidas, sendo sempre conivente com tudo o que lhe é imposto.

Veiga-Neto (2003, p. 77), refletindo sobre o pensamento foucaultiano, afirma que: “Com isso, ele [Foucault] mostra também que a docilização do corpo é muito mais econômica do que o terror. Esse leva à aniquilação do corpo; aquela mobiliza o corpo e retira-lhe a força para o trabalho. Assim, se o terror destrói a disciplina produz”.

Na ideia de escolarização, o sujeito que não cumpre com os deveres e as normas impostas é visto como indisciplinado, por isso é digno de punição. Sendo assim, a escola procura observar esses comportamentos tidos como anormais através de uma “inspeção” constante que visa qualificar, classificar e punir. Desta maneira, a escola faz uso do Livro de Ocorrências como forma de vigiar e punir todo sujeito que não se encaixe nas normas estabelecidas pela mesma.

Para Osório (2003, p. 143):

A escola como instituição reproduz os conflitos e contradições presentes na sociedade naquilo que denominam de educação, que nada mais é do que uma forma racional e barata, em termos de custo financeiro, para exercer diferentes tecnologias de poder, frutos de outras dimensões desse mesmo poder [...] A guarda do aluno por algumas horas do dia em uma instituição escolar já é um resultado positivo para a sociedade, embora ela não tenha interesse algum em saber o que ocorre nesse período entre muros.

O ato de fazer com que o estudante assine o LOE é uma forma de legitimar o registro ali narrado, suas condutas, sua classificação, sua deformação fazendo com que o sujeito assuma a sua responsabilidade diante do ato cometido. Nas sociedades atuais, o ato de assinar vale como assumir-se como responsável. Ao mesmo tempo, o efeito de sentido que se adquire ao assinar a ocorrência é o da intimidação.

De acordo com alguns estudos já realizados e por nós destacados no tópico 1.1 deste, podemos notar que a escola procura intimidar o aluno/as através dessa rede de anotações escritas, procurando comprometer numa quantidade de documentação que tem por objetivo captar e fixar, fazendo com que o sujeito responda por seus atos.

Dessa forma, através de leituras já realizadas e relatos por parte da gestão escolar, observamos que a escola procura exercer sobre os estudantes uma autoridade e, desta maneira, formar sujeitos obedientes às regras e ordens impostas e que as mesmas devem ser deixadas funcionar automaticamente nele, tornando-os dessa maneira “corpos dóceis”.

Como, afirma Foucault (2014, p. 134): “é dócil um corpo que pode ser submetido [...]” aos padrões impostos, que não foge às regras estabelecidas, “que pode ser utilizado” pelo sistema que prefere sujeitos coniventes com tudo que lhes é estabelecido, “que pode ser transformado” pela escola que exerce o papel de disciplinar, de tentar mudar a identidade do estudante.

3 OS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

Neste capítulo abordamos sobre os seguintes itens: 3.1 O Livro de Ocorrências Escolar; 3.2 Múltiplos olhares sobre o Livro de Ocorrências: produções e diferentes faces; 3.3 Por uma teoria de análise; 3.3.1 Do discurso e sujeito; 3.3.2 Da formação discursiva e materialidades técnico-discursivas; 3.3.3 Foucault e o Livro de Ocorrências: Um gesto de leitura sobre os arquivos; e 3.4 Outros sentidos: materialidades discursivas. A partir daí fazemos uma interlocução com os pressupostos contidos nas obras de Michel Foucault, bem como apresentamos análises interpretativas dos excertos que por nós foram selecionados.

3.1 O Livro de Ocorrências Escolar

O Livro de Ocorrências Escolar (LOE) é um dispositivo utilizado nas escolas para registrar os atos de indisciplina previstos em seus regulamentos e tem um sentido de senso pedagógico e cultural, de atos que comprometem o funcionamento das instituições no que diz respeito a comportamento disciplinares dos estudantes.

Enquanto dispositivo é também conhecido como Livro Preto. Há, por parte de alguns estudantes, o receio em ter o nome descrito em suas laudas e dos possíveis efeitos disciplinares que possam vir a acontecer visto que, habitualmente, relata os atos considerados inadequados ou tidos como anormais e, por isso, dignos de sanção.

Segundo Gama (2009, p. 02):

Registra-se que os LOE surgem no contexto educacional com o advento da democratização do ensino, tendo em vista o grande contingente de estudantes de diversas camadas sociais conviverem no mesmo espaço e a inserção de estudantes das mais diversas circunvizinhanças para a zona urbana e rural. (GAMA, 2009).

A fotografia a seguir registra a capa de um dos Livros de Ocorrências utilizados nesta pesquisa.



Figura 6 Livro de Ocorrência/2017
(PAIXÃO 2018)

Como forma de controlar o comportamento dos estudantes ditos indisciplinados adota-se a forma de registro em questão, onde vão relatados os desvios de condutas com o objetivo de “vigiar” e ao mesmo tempo “punir” os que transgridam as normas impostas pela instituição através de seu regimento, ou até mesmo encaminhá-los para instâncias superiores que lidam com os ditos “delinquentes”.

Compreende-se o Livro de Ocorrências como um documento no qual a escola registra os atos indisciplinados cometidos pelos estudantes e entende-se que o mesmo funciona como um procedimento de punição para os alunos, desempenhando um papel fundamental no que diz respeito à tentativa de a escola fazer com que os estudantes sejam disciplinados. Em outras palavras, ele é tido como uma espécie de exame que visa avaliar e classificar o estudante em relação ao seu comportamento.

Segundo Foucault (2014, p. 181):

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade.

Não temos conhecimento de uma legislação que regule a utilização do Livro de Ocorrências escolar e nem precisão de quando e sob qual respaldo o Livro de Ocorrências escolar passou a ser utilizado; o fato é que o hábito de registrar atos que fogem do que se considera normal na escola é tomado de princípios culturais e caracteriza aspectos da prática pedagógica.

O Livro de Ocorrências escolar não possui uma forma padrão oficial; na instituição que consultamos, tais documentos utilizavam-se de regras específicas como nome do aluno ou aluna, dia, hora e delito, redigidos por um gestor da escola com a ciência do aluno ou aluna.

Nesse sentido, é possível afirmar que o LOE também serve para resguardar, proteger a instituição, mostrando que não é e não foi negligente quanto aos problemas que lá ocorrem.

O próximo item trata da rede de olhares sobre o mesmo.

3.2 Múltiplos olhares sobre o Livro de Ocorrências: produções e diferentes faces

Podemos verificar que a forma de reconhecer os delitos praticados pelos alunos ou alunas varia pela incidência do não cumprimento das normas. No primeiro momento, quando o aluno não cometeu um delito grave ele apenas é advertido oralmente. Caso houver uma reincidência de violação disciplinar, automaticamente o registro vai para o Livro de Ocorrências, além de ser considerado um ato anormal. Dessa maneira, exige uma sanção normalizadora que visa fazer com que esses indivíduos voltem a ser considerados normais.

Conforme afirma Foucault (2014, p. 175):

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseira, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes ‘incorretas’, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência).

Ao mesmo tempo é utilizado, a título de punição, toda uma série de processos sutis que anteriormente envolviam castigo físico leve a privações ligeiras e à pequenas humilhações. Portanto, a instituição escolar pode ser considerada uma espécie de aparelho de exame constante que acompanha todo o processo de ensino e aprendizagem, recaindo na individualidade do aluno ou aluna a um campo documentário.

Como afirma Foucault (2014, p. 175): “a vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna do aparelho de produção e uma engrenagem específica no poder disciplinar”. Com isso, o exame é considerado o centro dos processos que formam o sujeito como efeito e objeto de poder e é através dele que a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora realizam as grandes funções disciplinares de divisão e classificação.

Para a concretização dos objetivos propostos, algumas questões se impõem:

- Seria o Livro de Ocorrências pertencente ao gênero de discurso autoritário utilizado pela instituição escolar?

- Que ideologia, relações de poder e manutenção de que domínio subjaz quando da leitura do Livro de Ocorrências?
- Ao exercer o controle sobre os estudantes estaria o Livro de Ocorrências contribuindo como forma de mudar, transformar a identidade destes?
- Numa perspectiva foucaultiana, seria o Livro de Ocorrências considerado como uma espécie de dispositivo respaldado para o exame, no qual os procedimentos são acompanhados por um sistema que visa registrar, isto é, documentar tudo intensamente, ou seja, o uso do “poder da escrita” no funcionamento da disciplina?
- Seria a função do Livro de Ocorrências de impor normas de comportamento, registrar fatos como forma de vigiar e punir aqueles que transgridam, infringem as normas constantes no regimento da instituição, no caso, as leis daquele espaço físico?
- Este instrumento continua sendo utilizado como uma ferramenta de controle, inibição e punição para aqueles que transgridam o Regimento vigente e imposto no ambiente escolar?

Esses questionamentos, em partes, podem ser respondidos pela apresentação do Livro de Ocorrências que “contém 50 (cinquenta) páginas devidamente numeradas”, conforme descrito no Termo de Abertura, na primeira página, “que servirá para registro de ocorrências que vierem a ocorrer nas dependências desta unidade escolar”.

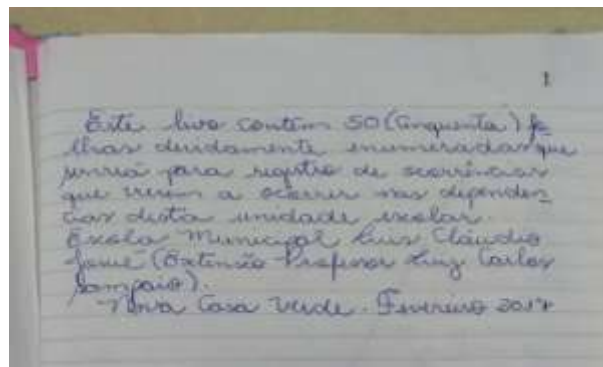


Figura 7 (PAIXÃO 2018)

Tal como dito anteriormente, o Livro de Ocorrências segue o modelo e característica do Livro Ata, inclusive com um Termo de Abertura, conforme imagem acima.

O enfrentamento dessa temática indisciplina é, com frequência, anunciado pela mídia impressa e televisiva; nesse sentido, a indisciplina escolar passa a ser compreendida não como

um fato ou fenômeno novo, mas por se tratar de um tema que vem abrangendo dimensões de diferentes ordens.

Optamos por extrair dos registros excertos dentro de um universo maior que constitui a nossa temática de estudo na tentativa daquilo que Foucault (1996, p. 36) chama de “prática discursiva”, como única possibilidade de pensar o discurso, quando:

Não a podemos confundir com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada num sistema de inferência; nem com a “competência” de um sujeito falante quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

Assim, Foucault tenta liberar “os discursos” das análises linguísticas ou do tratamento do discurso como uma proposição, tratando-os como práticas que determinam a historicidade dos enunciados. Para Foucault, o discurso é um acontecimento e, para analisá-lo é necessário que nos situemos dentro dos estudos linguísticos e, ao mesmo tempo, fora deles; ou seja, o objeto de nossas reflexões não é a materialidade linguística, mas a constituição dos discursos e as possibilidades de serem enunciados. Em nossas análises compararemos os excertos selecionados com as reflexões de Michel Foucault e em que medida, esses discursos ocorrem na escola através da prática de registros na tentativa de moldar o sujeito através das relações de poder alinhadas pela linguagem.

Nas reflexões de Michel Foucault (2014), o corpo se tornou alvo do poder, descobriu-se que ele podia ser moldado, rearranjado, treinado e submetido para se tornar ao mesmo tempo tão útil quanto assujeitado. O corpo foi dobrado pelo poder através das várias técnicas de dominação.

Não existe nenhuma relação de poder sem o polo de resistência; o poder não é uma coisa que alguém detém e outro não, ou que alguém possa tomar de outro. O poder não é uma substância, o poder é uma coisa que se exerce, que produz efeitos, então nós só podemos identificar uma relação de poder, uma relação de dominação onde exista ao menos dois polos, o polo do dominante e o polo do dominado.

Na próxima seção são expostos alguns conceitos das bases teóricas da Análise do Discurso.

3.3 Por uma teoria de análise

Partimos da perspectiva teórica e metodológica da Análise do Discurso de linha Francesa, campo de estudo que surgiu com Michel Pêcheux (1997) e para o qual Foucault

(1996) muito contribuiu por possuir como base a relação entre linguagem e exterioridade referente ao contexto ideológico, histórico e social, ou seja, as condições de produção do discurso. A noção de discurso, em sua definição, não é meramente transmissão de informação.

Os discursos se organizam e se desorganizam, mas sempre buscando uma nova organização e coerência interna para justificar certezas constituídas historicamente. Portanto, quem diz, sempre o faz a partir de um lugar e uma intenção. Neste sentido, é importante que se tenha em mente a historicidade do discurso, a sua acomodação às diversas situações para se estabelecer, através dele, como ato impositivo, ato de verdade e de, quase sempre, ato de força. Daí a luta pela sua posse, pois, quem se apodera do discurso se apodera do poder.

A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que vive.

Para Foucault (1996, p. 8):

[...] o discurso não está apartado das condições sociais. A produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso etimologicamente, tem em si a ideia de curso, percurso, de correr por, de movimento.

O discurso é, assim, palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Pela análise de discurso procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da história. Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se.

Ancoramo-nos em Foucault (1996, p. 52), quando afirma que os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram, questionando sempre a “vontade de verdade”. Dois princípios são desenvolvidos por Foucault, o da “especificidade” e o da “exterioridade”. O primeiro procura não transformar o discurso em um jogo de significações prévias, não imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos que decifrar apenas; ele não é cúmplice de nosso conhecimento. O segundo não passa de seu núcleo interior escondido, mas a partir do próprio discurso, de sua aparição, a sua regularidade, aquilo que fixa suas fronteiras, de maneira que a ideologia, o acontecimento e a história se relacionam a partir do lugar onde fala o sujeito.

Quando adotamos o ponto de vista da Análise do Discurso focalizamos os acontecimentos discursivos a partir do pressuposto de que há um real da língua e um real da história; o trabalho do analista de discurso é entender a relação entre essas duas ordens já que o sentido é criado pela relação entre sujeitos históricos e, por isso, a interpretação nasce da relação do homem com a língua e com a história.

Na obra “*A ordem do discurso*”, aula inaugural no Collège de France, em 1970, na disciplina História dos Sistemas de Pensamento, Foucault (1996), ao assumir a cátedra vacante produz um discurso que demonstra a importância e o papel do discurso no processo de comunicabilidade. Foucault desvenda a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam, visto que os diversos discursos exercem funções de controle, limitação e validação das regras de poder em uma sociedade.

Foucault evidencia o discurso como processo de interação comunicacional. Suas contribuições para a Análise do Discurso são de suma relevância, visto que de maneira envolvente o autor pondera conceitos e analisa posicionamentos. Nota-se que o enfoque, conforme expressa o autor, está no fato de que o discurso não se encontra no sujeito, nem no enunciado, mas nas formulações discursivas.

Para Foucault (1996, p. 49):

[...] o discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula, assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante.

O discurso apoiado sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos sempre uma vontade de verdade.

No item a seguir discorreremos sobre discurso e a posição-sujeito.

3.3.1 Do discurso e sujeito

A posição-sujeito é condição necessária que permite ao sujeito enunciar nos espaços das relações sociais, marcados pelas disputas históricas. A posição-sujeito determina o que pode e deve ser dito, o que constitui um intrincado jogo de estratégias, dentre as quais, as estratégias que o sujeito pode e deve constituir no embate social. A posição-sujeito pode também afetar o mecanismo de interpelação ou sentido de outras formações discursivas em disputas provocando uma mudança de posição-sujeito, de formação discursiva ou mesmo de formação ideológica.

Ao se manifestar – ou ser manifestado – em um discurso, o sujeito pode ser entendido socialmente. Por meio do discurso, entendido como prática, é que o sujeito será percebido

como mais ou menos privilegiado na organização do poder. A distribuição do poder é revelada a partir do discurso praticado pelo sujeito. Sob essa ótica, a prática discursiva é cercada por uma série de regras sociais que determinam, em maior ou menor grau, a idiossincrasia de uma época.

No item a seguir abordamos alguns conceitos sobre formação discursiva e materialidade técnico-discursivas.

3.3.2 Da formação discursiva e materialidades técnico-discursivas

As formações discursivas, o meio interacional entre os indivíduos e a conjuntura da enunciação são o cerne de análise para compreender os discursos.

Foucault (1996, p. 56), ao estabelecer correlação entre enunciado e formação discursiva pode dizer “em sentido estrito”, que uma formação discursiva abarca grupos de enunciados.

De acordo com Foucault (1996, p. 12), praticar a análise enunciativa, em suma, é evidenciar o que se poderá individualizar como formação discursiva. Acrescenta-se ainda que há pelo menos duas condições para que se possa falar, tecnicamente, em formação discursiva:

- 1) que se consiga estabelecer, dado certo número de enunciados, um sistema de dispersão (que não se confunde com cadeias de inferências ou com tábuas de diferenças;
- 2) que se consiga, em face de objetos, tipos de enunciados, conceitos e escolhas estratégicas, definir uma “regularidade, isto é, uma ordem, correlações, posições, funcionamentos e transformações.

A formação discursiva agrupa um conjunto de acontecimentos enunciativos, unidades tradicionais para designar conjuntos de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinados.

Quanto à materialidade dos lugares, esta exerce um tipo de pressão sobre os sujeitos, isto é, os sujeitos se constituem a partir de certos lugares, enunciam de determinados lugares sociais. Esse espaço material de onde o sujeito enuncia acaba por se constituir numa demanda de pressão do “real histórico” (ORLANDI, 1997, p. 67).

Os discursos representativos, tomados como acontecimento, exigem a demanda de sentidos, precisam cruzar com/na discursividade e estabelecer com ela relações interdiscursivas, não para significar o já significado, mas para estabelecer relações de possíveis alianças, de trocas, de ressignificações, de afirmação que lhe deem sustentação.

Segundo Foucault (1996, p. 41-2), o acontecimento discursivo busca:

[...] as relações, as regularidades e as transformações que podem aí ser observadas, o domínio do qual certas figuras e certos entrecruzamentos indicam o lugar singular de um sujeito falante e podem receber o nome de um autor. Não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade.

A noção de acontecimento possibilita considerar o enunciado como aquilo que efetivamente foi enunciado, seja por um gesto de escritura, seja pela articulação de uma palavra acionando o enunciado de um campo de uma memória, na materialidade dos manuscritos, dos livros ou qualquer outra espécie de documentos e esse enunciado está aberto a toda sorte de repetição, transformação ou reativação, relacionando-se com outros enunciados que o precedem ou o seguem.

Assim, o acontecimento discursivo pode ser entendido como sendo as relações dos enunciados entre si, as relações entre grupos de enunciados e as relações entre enunciado ou grupos de enunciados e acontecimentos de outra ordem.

3.3.3 Foucault e o Livro de Ocorrências: Um gesto de leitura sobre o arquivo

Neste tópico optamos por selecionar excertos das narrativas contidas nos Livros de Ocorrências tendo em vista a especificidade de cada uma delas e a necessidade de debruçar-se sobre a análise das mesmas.

Analisar é se desdobrar na relação entre descrição e interpretação. De acordo com Pêcheux (2002, p. 54), “toda descrição se abre sobre a interpretação”, para que “através das descrições regulares de montagens discursivas, se possam detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (2002, p. 57).

Para Pêcheux (2002, p. 57), a interpretação é “uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade”. Outro aspecto que diz respeito à questão metodológica é a competência do analista face aos instrumentos teóricos e ao conhecimento sobre o objeto de pesquisa.

Sendo o *corpus*, objeto de nossas análises, composto de discursos narrados em um arquivo que aqui tratamos como Livro de Ocorrências, os discursos, nosso objeto de análises, foram coletados entre os anos de 2017 e 2018. A escolha desses enunciados se dão em virtude de conterem, em seu aspecto e em seu formato material, de forma objetiva e assumida, as orientações, as propostas, os objetivos e reflexões em torno dessa temática. Além disso, o Livro de Ocorrências se constitui num lugar em que os discursos e as ideologias se materializam com certo efeito, força e poder.

Os enunciados contidos no Livro de Ocorrências foram o único recorte de universo de possibilidade ou de “universo discursivo” (MAINGUENEAU, 1993, p. 116) e a escolha desses enunciados se justifica por ser um espaço privilegiado de orientação “programática”. O Livro de Ocorrências é o espaço que melhor expressa as orientações ideológicas assumidas ou não como posições ideológicas, aglutinados por categorias emergidas pela leituras do mesmo.

3.4 Outros sentidos: materialidades discursivas

Neste tópico relacionamos os excertos para fins de análises. Com o intuito didático, adotamos a numeração sequencial E1 (Excerto 1), E2 e assim sucessivamente. Ao final, espera-se confirmar qual discurso predomina nos Livros de Ocorrência da escola em epígrafe.

E1 = “[...] a diretora [...] falando como os discentes devem se comportar na escola [...]”

E2 = “A diretora enfatizou alguns pontos do regimento escolar, tais como: sair da sala somente com autorização do professor e em casos de necessidade; é proibido o uso do celular salvo autorização do professor; é proibido também caixas de som portáteis; não sair do ambiente escolar sem ser autorizado; pontualidade, o discente terá dez minutos de tolerância. Caso contrário não será permitida a entrada na escola; uso do uniforme é obrigatório; roupas adequadas ao ambiente escolar; é vedado também o uso de palavras de baixo calão; zelar pelo patrimônio escolar (não rabiscar carteiras e paredes, não jogar copos, pratos e talheres no pátio da escola [...])”

E3 = Não será permitido namorar na escola. Não circular de bicicleta no pátio escolar, evitar faltar

E4 = Falou também das regras para ir merendar [...]

E5 = “Frisou novamente sobre o comportamento escolar

E6 = A professora Y encaminhou o aluno L a essa coordenação por desrespeito a ela onde eu, professora coordenadora pedagógica sob minhas atribuições conferidas, conversei com o aluno onde na ocasião expliquei e salientei que ele estava descumprindo o regimento escolar

E7 = [...] foi feita uma advertência ao aluno RS por atrapalhar aula do professor LCF.

Os excertos E1, E2, E3, E4, E5, E6 e E7 encaixam-se no discurso Autoritário, tendo em vista que os mesmos se referem às manifestações de autoridade por parte do sujeito que fala e do lugar em que fala.

No livro *A Ordem do Discurso* (FOUCAULT, 1996), as questões suscitadas representam atualmente um rico campo para reflexão nas variadas áreas da teoria social, além

de inscrever-se dentro do território teórico-metodológico da fundamentação da Análise do Discurso de linha francesa.

Condição que pode ser explicada pelo profundo olhar de Foucault (1996) na ordem dos discursos, com o propósito de descrever uma relação entre “verdade”, “poder-saber” e sujeito que deve ser pensado como historicamente constituído por processos exteriores. A formação discursiva não se constitui em uma doutrina e sim, um dispositivo que institui um conjunto de condições de enunciação.

Segundo Foucault (2005, p. 19), “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nós queremos nos apoderar”. O discurso, apoiado sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos sempre uma vontade de verdade. Para o autor (2005, p. 30), o discurso não é apenas um objeto que traduz as lutas ou “sistemas de dominação”, mas o objeto por cuja posse lutarmos. Seja “dominantes” ou “dominados”, o discurso operará sempre para apoderar-se do “poder-saber” para a legitimidade de uma verdade discursiva.

Nos recortes efetuados podemos observar essa relação entre “verdade” e “poder-saber” historicamente constituído. A instituição escola, suporte legal e constituído de autoridade, exerce sobre os outros sujeitos (no caso os alunos) uma vontade de verdade. O discurso institucionalizado via Livro de Ocorrência opera no sentido de apoderar-se do “poder-saber” legitimando uma verdade discursiva. É a legitimidade constituída do “poder-saber”, tido como verdadeiro.

No acúmulo e na luta do território discursivo, o “poder-saber” e a “verdade” se tornam relacionais. Foucault (2005, p. 36) cita o exemplo da disciplina, posta por ele como “um princípio de controle de produção do discurso”. Contudo, uma disciplina não pode ser concebida como a soma de todas as verdades que a concernem.

Observa Foucault (2005) que existe uma espécie de “tumor surdo” nas sociedades que, por meio dos “efeitos de sentidos” provocados pelas “massas de coisas ditas”, tem a capacidade de desestabilizar a ordem social vigente que interessa ao poder. Com o intuito de evitar essa ameaça, os discursos são “atravessados” por “sistemas de controle” que possuem a tarefa de evitar ou erradicar, mesmo que não totalmente, os poderes ofensivos à ordem estabelecida.

Assim, temos nos excertos selecionados aquilo que Foucault (2005) chama de “princípio de controle de produção do discurso”: “falando como os discentes devem se comportar na escola”, “ênfatisou alguns pontos do regimento escolar”, “sair da sala somente

com autorização do professor, “é proibido [...]”, “uso do uniforme é obrigatório”, “regras para ir merendar”, “Frisou novamente sobre o comportamento escolar”.

Complementa Foucault que devemos, ao analisar o discurso, partir da noção de “acontecimento”, “regularidade”, “série” e condições de possibilidade para sua formação. Destaca também que, por esse caminho, podemos delimitar as formas de “apropriação”, de “limitação” e de “exclusão”, apontar como os discursos se formaram, modificaram-se e deslocaram-se entre os “sistemas de coerção”. Assim:

Quer seja, portanto, em uma filosofia do sujeito falante, quer em uma filosofia da experiência originária ou em uma filosofia da mediação universal, o discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso; de leitura, no segundo; de troca, no terceiro; e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos (FOUCAULT, 2005, p. 49).

De maneira geral, o método foucaultiano propõe analisar os procedimentos de controle discursivo para, assim, compreendermos, por meio das regularidades discursivas, como se fez a formação do discurso.

Os excertos em epígrafe encaixam-se na categoria do discurso autoritário, uma vez que os mesmos trazem impressas as materialidades discursivas da ordem, do pedido de adesão, do autoritarismo do sistema escolar.

Para Orlandi (2001, p. 100), “na relação discursiva são as imagens que constituem as diferentes posições”, uma vez que “as identidades resultam desse processos de identificação, em que o imaginário tem sua eficácia”. De um lado, um sujeito institucionalizado (Escola/Livro de Ocorrência), de outro, o sujeito aluno que tem que absorver os discursos daí advindo.

Em tempos em que o contexto político brasileiro ganha contornos sombrios, os discursos contidos no Livro de Ocorrência sinalizam que, na memória discursiva, sempre oscilamos para a ditadura, para a obediência e servilidade. Enquanto escrevemos esta dissertação, a mídia televisiva noticia que o Ministério da Educação (MEC), comandando por Ricardo Vélez Rodríguez, enviou para todas as escolas públicas e privadas do país um e-mail pedindo para que, no primeiro dia de aula, “professores, alunos e demais funcionários da escola fiquem perfilados diante da bandeira do Brasil, se houver na unidade de ensino, e que seja executado o Hino Nacional”.

Além disso, o texto pedia para que fosse lida uma carta de Vélez que dizia o seguinte: “Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de você, alunos, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”. A palavra de

ordem no final da carta foi utilizada ao longo da campanha do presidente Jair Bolsonaro — já seu Governo adotou como slogan "Pátria Amada Brasil".

Disse ainda que se tratava "um pedido de cumprimento voluntário" que faz parte "da política de incentivo à valorização dos símbolos nacionais". A mensagem ainda solicitava "que um representante da escola filmasse (podia ser com celular) trechos curtos da leitura da carta e da execução do Hino Nacional. E que, em seguida, enviassem o arquivo de vídeo (em tamanho menor do que 25 MB) com os dados da escola". As imagens deveriam ser enviadas para os correios eletrônicos da assessoria de imprensa do próprio MEC e da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República. Tal acontecimento é digno de lembrança e reflexão quando levamos em conta as observações de Foucault de que os discursos são “atravessados” por “sistemas de controle” que possuem a tarefa de evitar ou erradicar, mesmo que não totalmente, os poderes ofensivos à ordem estabelecida; o que corrobora com a função do Livro de Ocorrência.

Assim, o Livro de Ocorrência deve ser lido como um “mecanismo de controle”, de “vigilância” (FOUCAULT, 2005). As diferentes formas de poder agenciam as identidades e as controlam, instituindo sentidos. Para Orlandi (1999, p. 62), trata-se de um “processo histórico-político-silenciador” que apaga as significações que já foram possíveis, designificadas; como também interdita, censura (silencia), aquelas que não se fazem convenientes aos interesses dessas instituições num determinado contexto sócio histórico. O que se mantém do passado não é inexpressivo, mas trazido pela dinâmica do sentido, das identidades e da autonomia subjetiva.

Para Foucault (2014, p. 135), o corpo sob vigilância deixa de ocupar-se com inutilidades e coloca-se à disposição de uma disciplina de exercícios regulares a fim de se mostrar possuidor de uma conduta melhorada, passando a ser domesticado e modelado, sendo assim, administrado por entidades de poderio que lhe garantem a formação e a transformação.

Podemos afirmar também que esses excertos podem se inscrever na categoria discursiva do Discurso Imperativo, caracterizado como uma ordem, um conselho ou um pedido. A Coordenação Pedagógica da escola em epígrafe, ocupando uma posição privilegiada, detentora de autoridade, falando de um lugar que lhe confere poder, “ordena”, “manda”, “pede” aos discentes que façam adesão à sua causa com os cumprimentos das ordens, tais como: “[...] como os discentes devem se comportar na escola [...]”, “A diretora enfatizou alguns pontos do regimento escolar”, “Falou também das regras para ir merendar [...]”, “Frisou novamente sobre o comportamento escolar”, “onde eu, professora coordenadora

pedagógica sob minhas atribuições conferidas”, além de todas as regras que seguem nos excertos em análise.

E8 = “Caso o aluno danificar algum bem escolar será cobrado do responsável [...]”

Constatamos no E8 o discurso da ameaça, visto que é posto de forma implícita a responsabilidade sobre os responsáveis pelos estudantes em mantê-los na ordem disciplinar. Espera-se que, com isso, os responsáveis contribuam na disciplinarização dos estudantes e que estes não venham a oscilar para a indisciplina.

Para Foucault (2014, p. 167):

[...] o poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo.

Ao se manifestar – ou ser manifestado – em um discurso, o sujeito pode ser entendido socialmente. Por meio do discurso, entendido como prática, é que o sujeito será percebido como mais ou menos privilegiado na organização do poder. A distribuição do poder é revelada a partir do discurso praticado pelo sujeito. Sob essa ótica, a prática discursiva é cercada por uma série de regras sociais que determinam, em maior ou menor grau, a idiosincrasia de uma época.

E9 = “Falou sobre a harmonia no ambiente escolar”.

O excerto acima evidencia o discurso da paz, onde a diretora prega a questão da harmonia no ambiente escolar. A relação entre aluno e a instituição escolar permeia o processo pedagógico do qual os diretores possuem uma posição de liderança, ambos têm como objetivo educar o adolescente para sua integração a sociedade.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil [...]. (FOUCAULT 2014, p. 135).

Por meio do discurso, a ordem pode ser mantida ou destruída. Percebemos que o discurso se resume a uma série de enunciados que representam uma expressão verbal, mas que ele se constitui como uma prática de poder. Por um lado, pode ser considerada a grande arma reacionária utilizada pelo poder. Por outro, é a possibilidade de se propor uma mudança na organização do poder. O saber institucionalizado, como discurso reconhecido socialmente, é que confere poder aos sujeitos.

E10 = “Falou sobre o interclasse e ficou combinado que haverá, no entanto, só participará o aluno que obtiver nota acima de (6,0)”.

Na “sociedade de controle” o poder se desloca e não age mais sob o corpo como forma de “controle-repressão”, mas de “controle estimulação. No E10 “Falou sobre o interclasse e ficou combinado que haverá, no entanto, só participará o aluno que obtiver nota acima de (6,0)” percebemos que o sujeito do discurso está estimulando, por intermédio do seu discurso, a participação do aluno nos jogos interclasses, está moldando a forma de ser desse aluno através de suas ideologias ou da intimidação. Dos pressupostos foucaultianos interessa-nos a questão do “biopoder” promovido pela sociedade de controle, ou seja, do efeito de autonomia produzido nos sujeitos pelos discursos e recursos biotecnológicos, mais especificamente oferecida aos sujeitos para reconstruírem suas próprias identidades.

Podemos reconhecer em E10 que o discente deve cumprir com as normas impostas para conseguir participar das atividades esportivas; isso não significa, porém, que seja o que ele realmente queira ou busque, mas sim passa a ser o que ele sonha depois que ele lê várias vezes nessas reuniões iniciais que é preciso obedecer para conquistar um espaço melhor, é necessário cumprir as regras para ser bom cidadão.

Para Foucault (2014, p. 134) o corpo é a “superfície de inscrição dos acontecimentos”, o local privilegiado de ação do poder e do controle social trazendo impresso as marcas da cultura, não da natureza. Na perspectiva foucaultiana, o discurso é um elemento de poder que penetra no corpo e na alma do indivíduo e que acaba funcionando como um organizador de sistemas de classificação que ordena, agrupa, diferencia, exclui os sujeitos, auxiliando-os a ocupar – ou impondo-lhes – seus devidos lugares nas representações que estão em jogo.

E11 = “Os alunos KC e JRS foram chamados a essa coordenação por descumprimento do regimento escolar. Foi convocado os responsáveis para tratar do assunto acima citado. Eu ... professora coordenadora pedagógica lavrei esta ata para fins de registro documental”.

E12 = “O aluno MVL estava atrapalhando o andamento da aula, agredindo os colegas verbalmente e fisicamente. Foi convocado o responsável para passar a situação. Eu ... professora coordenadora pedagógica lavrei esta ata para fins de registro documental”.

E13 = “O professor LCF veio a esta coordenação pedindo que convocasse os responsáveis pelos alunos JD e VH, pois os mesmos estavam atrapalhando o desenvolvimento da aula. Eu ... professora coordenadora pedagógica lavrei esta ata para fins de registro documental”.

E14 = “Foi solicitado a presença do responsável do aluno na escola, pois se trata de um menor, através de convocação escolar”.

E11, E12, E13 e E14 também se encaixam na mesma formação discursiva da intimidação, tendo o ato de “chamar os pais” um efeito de sentido de intimidação.

Segundo Foucault (2005), o saber empreendido na sua materialidade, ou seja, no desenrolar dos acontecimentos das práticas e articulados em diferentes formações sociais, remetem efetivamente às condições políticas; portanto, não existe um “saber neutro”, de maneira que podemos afirmar que “todo poder é político”.

Para Foucault, a análise do “poder” nos condiciona à análise do “saber”; no exercício do último se estabelecem as relações de poder, apoiados em regimes de “verdade” que, no contexto dos séculos XIX e XX eram dados como positivistas. A ciência positivista desqualificou e sobrepôs saberes considerados falsos pelos saberes considerados verdadeiros, os científicos. Os saberes dominados são aqueles não legitimados por sua “descontinuidade” e “heterogeneidade”; estão à mercê da tirania dos discursos hierarquizantes, consolidados como homogêneos e universais.

No caso do Livro de Ocorrência o “poder” condiciona a instituição escola a um “saber” tido como qualificado, apoiado em regimes de “verdade”, considerado como verdadeiro e por isso inscrito na ordem da legalidade. Foucault (1996, p. 11) considera que, a partir do século XIX, o poder epistemológico se estabeleceu em variadas áreas das ciências. A epistemologia tinha como principal objetivo vigiar e disciplinar, por uma série de funções, o que Foucault denominou de “instituições de sequestros”.

Segundo o filósofo, são extraídos os saberes dos próprios sujeitos, produzidos de suas práticas cotidianas. Esse saber sequestrado será acumulado e retranscrito de acordo com determinadas normas, como o saber psiquiátrico, que “se formou a partir de um campo de observação exercida na prática exclusivamente pelos médicos enquanto detinham o poder no interior de um campo institucional fechado [...]” (FOUCAULT, 1996, p. 122).

A busca do saber psiquiátrico remete à busca da verdade; e essa “vontade de verdade” se rotula de “discurso universal” e funciona como uma “prodigiosa maquinaria”, que tem a função de excluir os não pertencentes à “ordem” imposta pelo “discurso legítimo”; enfim, voltamos o olhar às “vozes” silenciadas pelo “poder”.

As questões sobre o que pode e o que não pode, o jogo de regras, de vale e não-vale, os acordos e regimentos, os discursos contidos no Livro de Ocorrências são saberes extraídos dos próprios sujeitos, produzidos em suas práticas cotidianas; um saber sequestrado e retranscrito, uma “vontade de verdade” que, no bojo dos acontecimentos se tornou norma, lei, “verdade”, “discurso universal”; isto é, uma “prodigiosa maquinaria” de inclusão/exclusão daqueles que não se adequam ao “discurso legítimo”.

E15 = “Tivemos uma conversa com X, orientando-o que precisa da documentação regularizada para efetuar sua matrícula à estudar nesta unidade escolar. O X alegou que estava matriculado, onde houve divergência que não constava a efetivação da matrícula, orientamos para efetivar sua matrícula na EJA; ele em todo momento se negou a frequentar o ensino EJA por motivos judiciais. Ficou acertado até o momento do X providenciar sua documentação para efetivas sua matrícula na EJa na fase 3, 6 e 7 Ano Fundamental, acertado também que o mesmo só entrará na escola com a documentação”.

Do discurso no E15 destacamos “o mesmo só entrará na escola com a documentação”. Para Foucault (2005, p. 10-5), a formação discursiva se faz na regularidade sistemática de dispersão de conceitos, objetos, tipos enunciativos e temas heterogêneos e descentrados, num jogo estratégico de “ação e reação”, de pergunta e resposta, de “dominação e esquiva”, e também de luta; o espaço em que o saber e o poder se articula, pois quem fala, fala de algum lugar, de um lugar perpassado sempre pelo “outro”, a partir de um direito reconhecido institucionalmente.

No excerto destacado prevalece ainda a formação discursiva da intimidação. Ao analista cabe a capacidade de reconhecer enunciados como bem formados, isto é, que pertencem à determinada formação discursiva, mas também de produzir um número ilimitado de enunciados inéditos pertencentes à essa formação discursiva tendo aptidão para reconhecer a incompatibilidade semântica dos enunciados da ou das formações do espaço discursivo que constitui seu “outro”, a aptidão de interpretar seu próprio “sistema de restrições”.

O “sistema de restrições” insere-se no conceito de “arquivo” de Foucault (2004) pois, ao produzirmos enunciados inéditos, rompemos as barreiras das formações discursivas, porém com a capacidade de reconhecer a “incompatibilidade semântica”. Michel Foucault utiliza como método retornar ao passado, indiferentemente da distância a ser percorrida, o que traz sempre à tona o pensamento contemporâneo, extremamente complexo em suas temáticas. A variedade temática construída por Foucault é o resultado da produção de um pensador que procurou ir além, romper barreiras, percorrendo os campos da política e da moral, dos lugares institucionais, da história, da psicanálise, da linguística e das práticas jurídicas.

Foucault apreende, na “Análise do Discurso”, suas metodologias teóricas e, com uma visão aguçada, meticulosa e crítica espelhada em sua própria obra, decompõe e analisa a enunciabilidade, focando o sistema definidor das relações do enunciado e sua superfície emergencial, o que faz de forma a torná-lo particular e singular tanto no jogo, quanto na recorrência das regras presentes na elaboração e manifestação das práticas discursivas.

Foucault (2004), em “*Arqueologia do Saber*”, concebe os enunciados como rupturas, limiares, acontecimentos, descontinuidades, transformações emergentes ou decorrentes da raridade, o acúmulo e também exterioridade presentes na densidade das performances verbais.

E17 = “[...] a mãe e o irmão da aluna VBFS vieram a esta coordenação acusando a escola e a coordenação por preconceito, sendo que a aluna acima se envolveu em uma briga e agrediu fisicamente e verbalmente outra aluna. Eu enquanto coordenadora pedagógica, conforme atribuições que me cabe, separei a briga e trouxe as envolvidas para a coordenação. As alunas a todo momento ficaram se acusando e se agredindo verbalmente sempre muito exaltadas e eu sempre pedindo para se acalmarem, as duas alunos começaram a dizer que não estavam se sentido bem, no entanto, aparentemente estavam bem, apenas alteradas, uma das alunas (V) pediu para sair da sala e ir tomar água, eu como estava conversando com as envolvidas e relatando em ata não permiti naquele momento e por isso a mãe da aluna V veio a escola me acusando e acusando a escola e não me deixando falar, sempre muito alterada e nenhum momento quis saber os motivos da briga e nem os procedimentos que a escola tomou, sempre defendendo a filha e me culpando pelo ocorrido e também ameaçando a escola. A mãe da aluna V não assinou ata e nem o termo de advertência que foi feito a aluna (sua filha). Eu ... professora coordenadora pedagógica lavrei esta ata para fins de registro documental”.

Para Foucault, o discurso não passa de uma escrita em que o começo é também o recomeço demonstrando, sempre, a presença dos discursos da repressão, de modo que:

É preciso estar pronto para cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até os menores traços escondidos bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter os discursos à longínqua presença da origem; é preciso trata-lo no jogo de sua instância (FOUCAULT, 2004, p. 28)

Foucault (2004, p. 141) defende que, no jogo dessas relações, os “acontecimentos discursivos” são constituídos de uma positividade. No jogo da enunciação, as formações discursivas, performances verbais e construções enunciativas podem realizar aproximações ou distanciamentos caracterizados pelas identidades formais, empréstimo de conceitos, continuidades temáticas demonstrando, por meio do jogo de enunciação, como os enunciados “falam a mesma coisa”, “colocando no mesmo nível” e também na “mesma distância”, produzindo o mesmo “campo conceitual”, divergindo no mesmo “campo de batalha”.

O que se observa em E17 é a mesma formação discursiva dos excertos anteriores – Discurso da Intimidação – pela identidade formal, continuidade temática, enunciados que “falam a mesma coisa” num mesmo “campo conceitual”. O Livro de Ocorrências se constitui numa cópia que se repete, num espaço de reformulação e paráfrase do já-dito. A formação discursiva é como um modo de ser do sujeito que, ao ser interpelado, revela sua visão de

mundo. O assujeitamento ocorre no momento em que o indivíduo produz seu enunciado pois, para produzi-lo o enunciador obrigatoriamente se inscreve em uma determinada formação discursiva. É a formação discursiva que determinará o sentido do enunciado, uma vez que ela “representa na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

E18 = “A professora MA pediu a convocação do pai do aluno TME, pois o aluno cometeu atos de indisciplina em sala de aula por dois dias consecutivos. A professora chamou atenção do aluno e este não obedeceu as suas ordens, sendo assim a professora quer conversar e passar a situação ao responsável”.

E19 = “A aluna MSM, segundo relato da professora MA, a aluna teria mandado a professora “tomar no cu” e dito a palavra “caralho” e diante dessa situação a coordenação fazendo uso das atribuições legais resolveu suspender a aluna por três dias e convocar o responsável para comparecer a escola para tratar sobre o assunto. Eu ... professora coordenadora pedagógica lavrei esta ata para fins de registro documental”.

Deve-se descrever o conjunto de enunciados de forma retalhada e, depois, a dispersão de uma exterioridade, para poder assim encontrar as formas específicas de um acúmulo, estabelecendo uma positividade. Em outras palavras, os enunciados podem se comunicar devido à positividade de seus discursos. A unidade se faz pela positividade, por meio de um conjunto de marcas ou características que podem especificar, determinar e agrupar enunciados, o que conseqüentemente, cria semelhanças e estranhamentos.

Em E18 e E19 observamos as mesmas marcas linguísticas do discurso da intimidação, isto é, da mesma formação discursiva.

O corpo serve de fundamento para a identidade à medida que se produzem nele definições de sujeito. É por meio do discurso que a história e a cultura inscrevem-se no corpo e é por meio desse objeto simbólico – a linguagem – que o corpo se faz representação, passando a ser produzido e (re)produzido de múltiplas formas em cada momento histórico. Conforme Orlandi (2001, p. 20): “[...] um discurso que se faz prática na corporeidade. Um discurso que vai para o corpo: uma prática simbólica que se faz materialidade histórica”.

Para Foucault (1999, p. 22), o corpo é a “superfície de inscrição dos acontecimentos”, o local privilegiado de ação do poder e do controle social trazendo impresso as marcas da cultura, não da natureza. Na perspectiva foucaultiana, o discurso é um elemento de poder que penetra no corpo e acaba funcionando como um organizador de sistemas de classificação (sociais, culturais, políticas, econômicas) que ordena, agrupa, diferencia, exclui os sujeitos, auxiliando-os a ocupar – ou impondo-lhes – seus devidos lugares nas representações que estão em jogo.

O Livro de Ocorrência tem a função de selecionar, classificar, organizar, ordenar, agrupar os sujeitos alunos – (in)disciplinados – em seus devidos lugares nessas representações de poder que estão em jogo.

E20 = “[...] o aluno [...] evadiu-se do ambiente escolar sem ser autorizado, descumprindo assim o regimento escolar”.

Conforme Foucault (2003, p. 52), no princípio da especificidade, “[...] o discurso não pode ser tomado como um jogo de significações prévias; ao contrário, ele deve ser concebido como uma violência que fazemos às coisas [...]”. Assim, o sujeito em E20 produz uma “paráfrase” dos discursos vinculados na formação discursiva do discurso da intimidação em “descumprindo assim o regimento escolar”.

A compreensão das implicações das condições de produção depende de que concebamos o discurso como atuação comunicativa e, portanto, representação. Pensamos, portanto, em um palco em que há sujeitos (visíveis – eu(s), lugares ou cenários (aqui) e momentos (agora), além de coparticipantes, responsáveis pelo processo (poderes, circunstâncias).

No plano discursivo, as condições de produção são “condicionadas” pelo momento sócio-histórico-cultural-econômico-político e constitutivas do como falar, do que falar, porque os sujeitos que falam elaboram seus dizeres com base em formações imaginárias, seja do lugar que ocupam, seja do lugar de onde falam, seja a quem falam e, especialmente, do que (referente) falam.

O que encontramos no Livro de Ocorrências são discursos elaborados por um sujeito numa posição de poder que fala de um sujeito que, por sua vez, não tem voz para um sujeito imaginário (a quem interessa as ocorrências ali registradas?). O teor do discurso impresso no recorte é altamente denunciativo e intimidativo mostrando que o aluno não está se encaixando no rol de normas e regras que orientam o regimento escolar e que o mesmo está “descumprindo assim o regimento escolar”, por isso inscrito no Livro de Ocorrências.

Para Foucault (2005, p. 66): “a formação regular do discurso pode integrar sobre certas condições e até certo ponto, os procedimentos de controle [...]”. Nessa perspectiva, Foucault nos joga a um certo olhar desconfiado sobre os discursos institucionais em que a busca por uma verdade absoluta do “saber-poder” impõe aos discursos uma máscara estratégica, torna-se um jogo do qual os sujeitos procuram apossar-se sempre na “ordem do discurso legítimo”.

A formação discursiva da evasão faz emergir a formação discursiva da intimidação, onde a “evasão” do ambiente escolar por parte do aluno significa que esse aluno está “descumprindo”, rompendo a “ordem do discurso legítimo” e que, por isso, está sendo registrado no Livro de Ocorrências, o que constitui uma forma de intimidação para que o mesmo não mais pratique esse ato, ou seja, o mesmo está inscrito na “sociedade de controle”.

E21 = “A mãe do referido aluno compareceu na escola e foi atendida pela diretora da escola”

E22 = “A mãe da MFS veio a esta coordenação e direção para reclamar da professora A. Segundo a aluna a professora gritou na sala com os alunos no momento da avaliação. Conversamos com a professora e a mãe sobre o acontecimento. A professora no entanto, disse que realmente falou alto porque os alunos não haviam estudado para a prova e ela ficou nervosa por isso. E que a aluna M também conversa muito em sala. Eu ... professora coordenadora pedagógica lavrei esta ata para fins de registro documental”.

Para Foucault (2005), os discursos são “práticas descontínuas” que se “cruzam, se ignoram ou se excluem” conforme suas regularidades, causalidades, descontinuidade, dependência e transformação; estabelecem, assim, “procedimentos de controle”.

A formação discursiva da complacência recupera aqui o mesmo discurso da formação discursiva da intimidação em que “A mãe do referido aluno” foi intimada e “compareceu na escola” e “A mãe da MFS veio a esta coordenação”. A relação entre Coordenação Pedagógica e pais permeia o processo pedagógico em que a Coordenação Pedagógica, diretoria e corpo docente possuem uma posição de liderança, de “saber-poder” e de “poder” e têm como objetivo cumprir o Regimento Escolar, isto é, utilizar o poder da escrita e do registro no Livro de Ocorrências.

Para Foucault (2005), a formação de qualquer discurso é sempre o resultado de outros, um “campo de coexistências”, de “sucessão” e “distribuição de funções”. Enfim, o que se observa no Livro de Ocorrências é sempre a recorrência do mesmo discurso, isto é, o discurso da intimidação e autoritarismo.

E23 = “O aluno W infringiu o regimento no parágrafo VIII (desacatar os integrantes da unidade escolar). Eu, coordenadora pedagógica desta unidade escolar conversei com o mesmo li novamente o regimento escolar e informei o descumprimento do mesmo. O aluno acima estava ciente desse regimento desde o primeiro dia de aula onde foi lavrado em ata e assinado por todos os membros da escola; sendo assim ficou acordado que o descumprimento caberia punições de acordo com o regimento escolar. Eu ... coordenadora pedagógica, lavrei esta ata afim documentais”.

E24 = “O aluno JDM e CKA estavam vias de fato, ou seja, brigando se estapiando por motivo torpe, Foi explicado aos alunos que eles infringiram o regimento escolar. Foi feito uma advertência verbal. Eu ... professora coordenadora pedagógica lavrei esta ata para fins de registro documental”.

Conforme Foucault (2005), uma formação discursiva é construída em um processo de regularidade sistemática em que ocorre a dispersão de conceitos, objetos, tipos enunciativos e temas heterogêneos e descentrados. Portanto, a formação discursiva depende das condições de enunciação. Assim, ao enunciar “O aluno W infringiu o regimento no parágrafo VIII”; “o descumprimento caberia punições de acordo com o regimento escolar” e “eles infringiram o regimento escolar”, E23 e E24, mesmo inscritos na formação discursiva da infração, recupera aqui a formação discursiva da intimidação.

Observando E23 e E24, registros do Livro de Ocorrências, lembramos Foucault (1996, p. 122) quando afirma que “[...] a pedagogia se formou a partir das próprias adaptações das crianças às tarefas escolares, adaptações observadas e extraídas do seu comportamento para tornarem-se em seguida leis de funcionamento das instituições [...]. Seria essa a função do Livro de Ocorrência?

Para Foucault (2005, p. 30), o discurso não somente descreve os “sistemas de dominação”, mas também um objeto, um instrumento de coerção, de controle dos “dominantes” versus “dominados”, em que o “poder-saber” garante a legitimidade de uma suposta verdade discursiva. A verdade discursiva defendida pelo Livro de Ocorrências qualifica-se como um “saber-poder” da formação discursiva da intimidação, que se instaura por discursos hierarquizantes, consolidados como homogêneos e universais.

E25 = “A professora N chamou a coordenadora para ir até a sala porque o aluno A.J.A a desrespeitou onde teria mandado a referida professora “calar a boca” pois ela teria pedido ao aluno para voltar a seu lugar e ele se recusou, no momento em que essa coordenação foi até a sala o aluno também faltou com respeito e usou palavras de baixo calão. Eu ... professora coordenadora pedagógica lavrei esta ata para fins de registro documental”.

E27 = “As alunas KVS e VBFS se envolveram em uma briga e se agrediram verbalmente e fisicamente por motivos torpes; foi feito uma convocação para as responsáveis para tratar do assunto. Eu ... professora coordenadora pedagógica lavrei esta ata para fins de registro documental”.

E28 = “A aluna MSM, segundo relato da professora MA, a aluna teria mandado a professora “tomar no cu” e dito a palavra “caralho” e diante dessa situação a coordenação fazendo uso das atribuições legais resolveu suspender a aluna por três dias e convocar o responsável para comparecer a escola para tratar sobre o assunto. Eu ... professora coordenadora pedagógica lavrei esta ata para fins de registro documental”.

E29 = “O professor R procurou esta coordenação relatando desacato do aluno MSJ, onde o referido aluno estaria desafiando e desobedecendo suas ordens em sala de aula, o professor relatou ainda que o aluno M na aula anterior teria pegado nas nádegas de uma aluna. Esta coordenadora foi até a sala de aula e confirmou a versão do professor, pois o referido disse a coordenação que o professor estava mentindo e em momento algum o aluno se mostrou arrependido de suas atitudes, ficou todo o tempo com “cara de deboche. Eu ... professora coordenadora pedagógica lavrei esta ata para fins de registro documental”.

E30 = “A aluna MSM, segundo relato da professora MA, a aluna teria mandado a professora “tomar no cu” e dito a palavra “caralho” e diante dessa situação a coordenação fazendo uso das atribuições legais resolveu suspender a aluna por três dias e convocar o responsável para comparecer a escola para tratar sobre o assunto. Eu ... professora coordenadora pedagógica lavrei esta ata para fins de registro documental”.

E31 = “As alunas AON e APS estiveram na coordenação por brigas por motivo de a AO ser amiga e ficar abraçando o aluno G que segundo a APS é seu namorado, ou seja, motivo torpe. Esta coordenação conversou com as envolvidas e lavrei a ata. Eu ... professora coordenadora pedagógica lavrei esta ata para fins de registro documental”.

Da formação discursiva da legitimidade interessa-nos o excerto “Eu ... professora coordenadora pedagógica lavrei esta ata para fins de registro documental” e suas paráfrases.

Para referendar o que se registra no Livro de Ocorrências, todos os discursos são terminados com a expressão “Eu ... professora coordenadora pedagógica lavrei esta ata para fins de registro documental”, o que “tenta” dar ao discurso ali contido o grau de legitimidade, de autoridade, de poder... o poder da escrita.

Para justificar e legitimar tal posição, o sujeito discursivo recorre à formação discursiva da legitimidade. Essa legitimidade inscrita na materialidade linguística “Eu ... professora coordenadora pedagógica lavrei esta ata para fins de registro documental” nos leva ao conceito de “arquivo” de que trata Foucault (2004, p. 147): “[...] de início a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”; assim, é o arquivo um sistema geral que forma e transforma os enunciados.

Para Foucault (2005), o arquivo se constitui na busca do “poder-saber”, em que o mundo ocidental elegeu saberes tidos como verdadeiros e não verdadeiros, legítimos e não legítimos, racionais e não racionais, confiáveis e não confiáveis; enfim, saberes dominados e “saberes dominantes”; os últimos qualificados como científicos e competentes.

De acordo com Foucault (1996, p. 52), por meio do acúmulo “saber-experiência”, os sujeitos buscam a hegemonia do poder, ou seja, constroem modelos que devem ser seguidos, porém, algumas vezes não o são. Em defesa desses modelos e a favor do poder, articulam-se

os discursos para a produção de “regimes de verdades”; assim, devemos reconhecer “o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso”.

Foucault também faz menção às “sociedades de discurso”, cujo papel foi conservar e produzir novos discursos circulantes em um espaço fechado de “regras estritas”, com uma delimitação dos indivíduos autorizados ou empossados do “saber-poder” para proferir esses discursos; mesmo não existindo mais as “sociedades de discurso”, a estratégia de controle discursivo ainda existe por meio da não-permutabilidade e formas de segredo presentes até mesmo nos discursos livres de rituais. Dessa maneira, o filósofo desconstrói a neutralidade da linguagem e colabora para o fortalecimento da “circularidade dos discursos”. Assim, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento em sua volta” (FOUCAULT, 2005, p. 26).

Em relação ao Livro de Ocorrências, comparando-o com o pensamento de Foucault (2005), os discursos são materializados por visões de verdade, um produto histórico-social, um elemento de poder que opera no controle, seleção, organização e redistribuição de regimes específicos das sociedades. Foucault considera que esses discursos objetivam controlar as práticas dos sujeitos, constitutivas do discurso. Consequentemente, configura-se o discurso no território de luta da imposição dos sentidos no “desejo” de “poder”.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Chega, enfim, o momento de tecer algumas considerações sobre o Livro de Ocorrências, nosso objeto de estudo. Isso porque toda dissertação demanda um fechamento e as discursividades analisadas neste estudo constituem apenas um recorte muito limitado de uma infinidade de textualizações produzidas sobre o tema em questão. No entanto, sempre haverá muito a se dizer sobre o tema proposto, uma vez que se entende que a questão da (in)disciplina escolar e as formas de exercício do poder serão (re)significadas inúmeras vezes pelo histórico e pelo social, podendo promover incessantes deslocamentos ou demanda de sentidos ainda hoje desconhecidos. É pela análise discursiva que se torna possível compreender a relação estabelecida entre discurso e sociedade.

A análise sobre a discursividade contida no Livro de Ocorrências evidencia a relação estabelecida entre os discursos institucionalizados e as representações construídas pelos autores institucionalizados. Pudemos então compreender que a (re)definição de normas, leis e regulamentos no ambiente escolar acaba por se constituir num acontecimento discursivo, considerado como um discurso novo, algo que não existia devido ao momento histórico e social da educação em momentos anteriores e que, por isso, o Livro de Ocorrências e o ato de registrar os casos de indisciplina acaba por demandar sentidos na sua irrupção, desestabilizando as redes de memória e as filiações históricas, criando um espaço e uma prática próprios de enunciação e de existência político-social.

Não pretendemos tecer julgamentos moralizantes em torno do tema apresentado, nossa pretensão foi apenas a de discutir sobre o funcionamento do Livro de Ocorrências e o seu papel no exercício do poder, entendendo que, na perspectiva foucaultiana, o discurso é um elemento de poder que penetra no corpo e acaba funcionando como um organizador de sistemas de classificação (sociais, culturais, políticas, econômicas) que ordena, agrupa, diferencia, exclui os sujeitos, auxiliando-os a ocupar – ou impondo-lhes – seus devidos lugares nas representações que estão em jogo. A tendência das “sociedades de controle” na atualidade, tem se manifestado não apenas no espaço escolar, mas na própria linguagem, tendo em vista que esse discurso se manifesta em várias discursividades criando efeitos consideráveis na formação imaginária do que se chama de (in)disciplina. Segundo Foucault (1996), o papel das “sociedades de discurso” foi conservar e produzir novos discursos circulantes em um espaço fechado de “regras estritas”, com uma delimitação dos indivíduos autorizados ou empossados do “saber-poder” para proferir esses discursos.

Percorremos os caminhos e efeitos de sentidos contidos nos registros do Livro de Ocorrências analisando que essas discursivizações legitimam os processos de estimulação e controle aos quais são submetidos os alunos tidos como indisciplinados, ao mesmo tempo essas discursivizações trabalham no sentido de normatização e imposição de padrões comportamentais tendo em vista que o Livro de Ocorrências tem a função de selecionar, classificar, organizar, ordenar, agrupar os sujeitos alunos – (in)disciplinados – em seus devidos lugares nessas representações de poder que estão em jogo.

Pesquisar a questão do uso do Livro de Ocorrências pode ter provocado num primeiro momento um efeito de estranhamento, apesar de o tema (in) disciplina escolar não representar um tabu na sociedade, devido a um número significativo de veiculações na mídia impressa, televisiva e na web, conforme destacado no decorrer desta pesquisa.

Analisando a posição-sujeito do enunciador, no caso a Escola por meio do Livro de Ocorrências, outros efeitos de sentido surgem. Posicionando enquanto sujeito detentor do “poder”, do “saber” e da “verdade”, a Escola busca uma regularidade, uma referência estabilizada como identidade que possa recobrir o acontecimento. A Escola detém o direito de impor normas e regras aos alunos e, ao mesmo tempo, num outro efeito de sentido, o aluno, investindo-se, também, de certa posição social e discursiva, apresenta-se como um ser passivo, que apenas acolhe as normas.

Como toda análise do discurso, esta também tem seus limites; a nós coube cumprir com os objetivos a que nos propomos, ou seja, investigar e discutir alguns elementos constitutivos dos conflitos existentes no cotidiano escolar através da análise dos discursos contidos nos registros do Livro de Ocorrências e a compreensão da inter-relação entre os estudantes e a escola; verificar as questões teóricas vinculadas à ideologia, sujeito e as relações de poder que se dão na e pela linguagem. No decorrer da pesquisa, apontamos que este dispositivo continua sendo utilizado como uma ferramenta de controle, inibição e punição para aqueles que transgridem o regimento (Leis, regras) vigente e imposto no ambiente escolar, bem como o discurso predominante nestes registros.

Observamos que, a introdução da disciplinarização implicou a instauração da “pedagogia do registro”, como forma de vigilância e controle sobre os corpos, por meio de métodos punitivos para as más condutas. A relação regida pelas condições históricas e materiais de existências dos discursos sobre a indisciplina demandam sentidos, pelo seu caráter, como um “índice potencial de uma agitação nas filiações históricas” e como “desestruturação-reestruturação” (PÊCHEUX, 2001, p. 56) discursivas, espaciais,

enunciativas, que não se constituem à deriva, mas pelas/nas relações sociais onde “não há dominação sem resistência (PÊCHEUX, 1997, p. 304).

Sendo assim, nossa metodologia de investigação centrou-se na pesquisa documental, explorando a análise de documentos para a seleção e organização das ocorrências. O objeto de estudo nos pareceu promissor no sentido de oferecer uma possibilidade de discussão para a temática. Destacamos ainda que os discursos arquivados no qual nos debruçamos não foram tomados como meras anotações.

Destacamos que são os aspectos no cotidiano escolar que produzem mecanismos disciplinares, gera um poder de governar, que o aluno está envolto e obriga-se a encaixar em prol de um bem comum. Desta forma, a conduta controladora da instituição prevalece e fica explicitado ao aluno ou aluna a necessidade de adequação às normas escolares, gerando assim uma estratégia de controle pedagógico por parte da instituição.

Enfim, a finalidade dessas instituições (Livro de Ocorrências) é a de promover sobre o sujeito (estudante) a transformação de seu comportamento para um retorno útil e dócil à sociedade; com isso faz-se perceber que os discursos nos remetem à ideia de que o sujeito deve sempre aceitar as regras estabelecidas, sendo sempre conivente com tudo o que lhe é imposto.

Nas análises efetuadas é possível constatar a constituição de alguns aspectos pragmáticos e materiais de ideologia, seja na forma de circulação desse suporte discursivo – o Livro de Ocorrências –, seja no próprio discurso institucional. A ideologia aqui serve de “solo” para estabilizar e sustentar o espaço aberto pelo acontecimento, que desencadeou o processo de ruptura para ser aquilo que nunca havia sido – um arquivo –, o que pode ser observado nas análises dos excertos e suas múltiplas relações de poder e ideológicas que ali se realizam, tendo em vista que a ideologia é constituída de um ritual de reprodução/transformação.

De acordo com os valores dessa ideologia, o corpo tende a tornar-se um objeto que se merece por um trabalho constante de si sobre si, ou seja, toda “reprodução” está sujeita a falha, momento em que se impõe a “transformação” (prática) que, dependendo de seu efeito de sentido, se investe deste ou daquele estatuto. Assim, quanto mais se reforçam os imperativos, ordens e pedidos, mais se afirma a exigência de domínio soberano sobre suas próprias formas; quanto mais se impõe o poder diretor das normas disciplinares, mais os alunos se empenham em responsabilizar-se por si mesmos, em vigiar-se, em tornar-se protagonistas de si próprios; quanto mais se intensificam as prescrições comportamentais,

mais o corpo depende de uma lógica e de responsabilidade individual; pronto para ser moldado, adaptado, útil e satisfatório à instituição.

É oportuno dizer que não buscamos aqui afirmar ou fazer generalizações, mas ousamos dizer que os discursos mencionados nas análises sempre convergem para um mesmo, são paráfrase do Discurso autoritário.

Considerando nosso objetivo de compreender a partir do Livro de Ocorrências os discursos, acreditamos que os levantamentos feitos durante a pesquisa proporcionaram a discussão de elementos importantes para a temática escolhida. Por meio das leituras e interpretações dos documentos escolares tivemos, ainda que parcialmente, a possibilidade de visualizarmos a forma sistemática com que se encaminham algumas situações de violência nas instituições.

Como o leitor pode constatar por meio das análises, emergem nos discursos ora a denúncia de falência de aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais em nossa sociedade, ora a utilização deles como justificativa para os atos “não legalizados” pela sociedade e não aceitos pela instituição. A análise aponta, ainda, caminhos para que a instituição possa refletir sobre essa problemática e propor ações para sua solução.

O Estado e seu discurso, pela voz explícita no Livro de Ocorrências, é representado como o regulador, como aquele que visa à educação disciplinadora, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para a sociedade, bem como à (re)instauração da ordem e do progresso

Resta-nos, ao finalizar esta pesquisa, considerar que outras questões se impõem, tendo em vista a amplitude do tema e o contexto histórico social em que vivemos, bem como todo o sistema de regimes de valores e de verdades voláteis, que demandam efeitos de sentidos outros, em que é possível compreender outros aspectos do complexo discursivo, bem como o feixe de relações que constituem a mecânica dos discursos, na irrupção do acontecimento e nas movências dos sentidos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. (Coord.). **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: Unesco-Brasil, 2006.
- Braga, Keith Daiani da Silva. **Homofobia na escola: análise do livro de ocorrência escolar** – Dissertação; UNESP. Presidente Prudente - 2014.
- Foucault, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 13 ed. Rio de Janeiro. Edições Graal. 2005.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. 42. Ed. 2014
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- GAMA, Anailton de Souza. **Livros de Ocorrência: da prática do Vigiar e Punir aos “recursos para o bom adestramento”** publicado na Web-Revista Discursividade, v. 1, p.95-120, 2009.
- https://cdn1.pmna.ms.gov.br/uploads/page_archive/file/4/plano-diretor.pdf: acesso em 26/01/2019
- <https://www.pmna.ms.gov.br/paginas/a-cidade/a-cidade>: acesso em 26/01/2019
- <https://www.pmna.ms.gov.br/paginas/governo-municipal/educacao-cultura-e-esporte>: acesso em 26/01/2019
- LEÃO, Tatiana Calheiros Lapas. **A governabilidade da educação e da saúde no cuidado de si dos professores**. / Tatiana Calheiros Lapas Leão. – Campo Grande, MS, 2013.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Freda Indursky. Campinas. SP. Fontes. Editora da Universidade Estadual de Campinas. 3 ed. 1993.
- MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- NASCENTE, Renata Maria Moschen; CECÍLIA LUIZ, Maria; FONSECA, Débora Cristina. **Conflitos e Livros de Ocorrência no cotidiano da escola pública: alguns caminhos de investigação**. 2015.
- ORLANDI, E. P. **Discurso do confronto: o velho e novo mundo**. Campinas-SP. Ed. da UNICAMP. Cortez. 1997.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 3. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

OSÓRIO, A. C. N. **Anotações sobre o conhecimento: ciência, ideologia, socialização, mediatização, A pesquisa**. In: BICUDO, M. A. V. & BELLUZZO, R. C. B (Org.). *Formação Humana e Educação*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

OSÓRIO, A. C. N. **Formação de professores: relações de poder e punições sociais**. In: OSÓRIO, A. M. N. (Org.). *Trabalho docente: os professores e sua formação*. Campo Grande: Editora UFMS, 2003.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. **Diálogos em Foucault**. Editora Oeste. Campo Grande. 2010.

PECHÊUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi, ed.? Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 2 ed. Campinas. Fontes. 1997.

SILVA, A. M. M. **Violência escolar: negação dos direitos humanos e da formação da cidadania**. In: SILVA, A. M. M.; AGUIAR, M. A. S. (Org.). *Retratos da escola no Brasil*. Brasília: CNTE, 2004.

SILVA, Tomaz T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SILVEIRA, Marcos Antônio Paz da. **(In) disciplina e as relações de poder**. Dissertação – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais – Programa de Pós-graduação em Educação – Cursos de Mestrado e Doutorado. Campo Grande, MS, 2005.

SILVEIRA, Marcos Antônio Paz da. **Violências nas escolas de Mato Grosso do Sul: Arqueologias dos discursos dos trabalhadores em educação**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais – Programa de Pós-graduação em Educação – Cursos de Mestrado e Doutorado. Campo Grande, MS, 2013.

SOUSA, C. A. D., Nascimento, K., & Azevedo, I. A. S.(2006). **Registros em livros de ocorrência das escolas públicas de cidades localizadas a leste de Minas Gerais: uma análise documental**. Anais I Seminário internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza, Rio de Janeiro.

Veiga-Neto, Alfredo. **Foucault & a Educação/Pensadores & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003

YAMASAKI, A. A. **Violências no contexto escolar: um olhar freiriano**. 2007. 220 fls. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ANEXOS

Lista de Anexos



PREFEITURA DE NOVA ANDRADINA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL,
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - SEMEC
ESCOLA MUNICIPAL LUIS CLAUDIO JOSUE - EXTENSÃO E. E. PROF. LUIZ CARLOS SAMPAIO
Lei de Criação: Decreto nº 262/2009 de 22-07-2009
Associação de Fomento da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos - EJA
Deliberação nº 170/CMEN/MS, 14 de dezembro de 2017
Rua Gabriel Pignato: nº 230 Distrito Nova Casa Verde - Nova Andradina - MS CEP 79700-000 Fone: (071) 3.899.4000



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, Luciano Flores Garcia, Diretor Adjunto desta instituição, RG 000796082, CPF 836.756.631-91, **AUTORIZO**, Ricardo Aparecido da Paixão, RG: 942064, SSP/MS e CPF: 891.400.791-04, acadêmico do curso de Mestrado em Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, RGA: 2017.34918, a realizar pesquisa e anotações nos Livros de Ocorrências desta Unidade Escolar para a realização da coleta de dados para a Dissertação intitulada "A RELAÇÃO DE PODER E A MANUTENÇÃO DO DOMÍNIO NOS LIVROS DE OCORRÊNCIAS: "Recursos para o bom adestramento".

Nova Andradina, 27 de Setembro de 2018.

Luciano Flores Garcia

Portaria/Semec nº 12, de 6 de Janeiro de 2017, mat. nº 6551

Luciano Flores Garcia
Diretor Adjunto

ALUNOS MATRICULADOS NO ANO DE 2018

EDUCAÇÃO INFANTIL			
ANO	AP	TRANSF. INTER	TRANSF. EXT.
Pré II A	25	03	16
Pré II B	---	05	14
Pré II C	27	01	01
TOTAL	52	09	39

ALUNOS MATRICULADOS NO ANO DE 2018

FUNDAMENTAL I				
ANO	AP	RET.	TRANSF. INT	TRANSF. EXT.
1º Ano A	21	*****	01	05
1º Ano B	20	*****	02	04
1º Ano C	22	*****	*****	04
1º Ano D	25	*****	04	06
1º Ano E	25	*****	02	06
1º Ano F – 17 de Abril	05	*****	02	****
2º Ano A	20	05	03	07
2º Ano B	17	07	03	09
2º Ano C	19	05	01	01
2º Ano D	15	06	03	06
2º Ano E – 17 de Abril	12	*****	*****	*****
3º Ano A	23	07	05	04
3º Ano B	18	10	03	06
3º Ano C	16	07	06	02
3º Ano D	21	04	03	02
3º Ano E	02	*****	*****	02
4º Ano A	26	03	03	04
4º Ano B	18	11	01	04
4º Ano C	17	06	02	02
4º Ano D	16	05	01	05
5º Ano A	18	05	*****	02
5º Ano B	22	01	01	01
5º Ano C	19	03	01	06
5º Ano D	22	02	01	01
TOTAL	439	87	48	89

ALUNOS MATRICULADOS NO ANO DE 2018

FUNDAMENTAL II				
ANO	AP	RET.	TRANSF. INT.	TRANSF.
6º Ano A	30	04	02	04
6º Ano B	31	02	02	04
6º Ano C	20	01	*****	03
6º Ano D	23	03	01	05
7º Ano A	20	01	02	05
7º Ano B	18	04	01	09
7º Ano C	21	01	03	****
7º Ano D	20	02	03	08
8º Ano A	21	01	02	06
8º Ano B	23	03	01	05
8º Ano C	20	02	02	02
8º Ano D	20	02	01	01
9º Ano A	26	****	****	03
TOTAL	296	26	20	55

ALUNOS MATRICULADOS NO ANO DE 2018

EJA				
ANO	AP	RET.	TRANSF. INT.	TRANSF.
1º Fase	2	1	-	3
2º Fase	1	3	-	-
3º Fase	9	10	-	14
4º Fase	17	10	-	7
TOTAL	29	24	-	24

PROFESSORES E ADMINISTRATIVOS DO ANO DE 2018

FUNCIONÁRIOS	QUANT.	OBS.
Professores efetivos	32	01 Sala de Recurso; 02 Sala de T.I
Professores Ampl. de carga	01	
Professores contratados	27	
Administrativo	26	03 vigias, 05 secretaria, sendo que 01 está de licença maternidade
Direção	02	
Coordenação	03	